



Atividade Municipal

18 outubro a 8 dezembro
2021



Sessão da Assembleia Municipal de Ílhavo
17 dezembro 2021

Índice

PREÂMBULO	2
1. ATIVIDADES E AÇÕES DESENVOLVIDAS	5
2. RESPONSABILIDADE SOCIAL	16
3. INOVAÇÃO TERRITORIAL E ECONÓMICA	18
4. DIVISÃO DE PLANEAMENTO E ORDENAMENTO E MOBILIDADE.....	19
4.1 PLANEAMENTO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	19
4.2 MOBILIDADE E TRANSPORTES	20
4.3 SISTEMA DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA - SIG	21
4.4 TOPOGRAFIA E CADASTRO	21
5. DIVISÃO DE OBRAS PARTICULARES E GESTÃO URBANA	22
5.1 REQUERIMENTOS	22
5.2 DOCUMENTOS PRODUZIDOS	23
6. OBRAS/EMPREITADAS MUNICIPAIS EM CURSO	24
6.1 PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELOS SERVIÇOS TÉCNICOS.....	24
6.2 EMPREITADAS	24
7. DIVISÃO DE GESTÃO DE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS URBANOS	26
8. CENTRO DE RECOLHA OFICIAL DE ANIMAIS DE COMPANHIA DE ÍLHAVO - CROACI.....	30
9. INFORMAÇÃO FINANCEIRA	31
9.1 ANÁLISE ORÇAMENTAL	31
9.2 ANÁLISE FINANCEIRA.....	34
10. PROCESSOS JUDICIAIS PENDENTES	40
11. AÇÕES FUTURAS.....	55

PREÂMBULO

Por determinação legal, mas, fundamentalmente, pela valorização da democracia e da promoção da transparência da gestão política autárquica, este documento visa informar a Assembleia Municipal da atividade do Executivo e da estrutura camarária, entre 18 de outubro e 8 de dezembro de 2021.

Este período inicia-se com a assunção plena da responsabilidade da gestão municipal, pelo atual Executivo, após o ato de Instalação dos Órgãos Autárquicos no dia 17 de outubro, na Casa da Cultura de Ílhavo. Uma data histórica para a democracia do nosso país e, em particular, para a história política do Município de Ílhavo.

No dia 26 de setembro, os Ilhavenses, através do voto, manifestaram a sua vontade de mudar o rumo da gestão do Município, ao confiar a governação autárquica, dos próximos quatro anos, ao Movimento Independente de Cidadãos "Unir para Fazer". Nesse dia, a democracia venceu, porque as pessoas demonstraram acreditar nos valores democráticos e valorizar a dignificação da política.

O "Unir Para Fazer", liderado por João Campolargo, foi eleito para governar e para cumprir todas as metas do programa "O Nosso Compromisso" sufragado pelos eleitores. Este voto de confiança é acolhido com a responsabilidade de nos focarmos na ética de serviço, na governação com impacto no presente e no futuro das pessoas e de promover uma governação aberta e participada.

Sabemos que esta é uma missão coletiva exigente, que necessitará de aglutinar vontades e ações em torno do que verdadeiramente importa: o desenvolvimento da qualidade de vida das nossas pessoas e da nossa terra.

Esta é a primeira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal deste mandato e, conseqüentemente, a primeira comunicação escrita, onde estão expostos o primeiro Pacote Fiscal Municipal e a primeira proposta das Grandes Opções do Plano e do Orçamento que submetemos a apreciação e votação, nesta sessão.

Este documento é baseado na auscultação das estruturas e dos profissionais da Câmara Municipal de Ílhavo, que partilharam connosco os projetos, mas também as suas necessidades, vontades, capacidades e limitações.

Com base nestes contactos iniciais, e tendo sempre presente os nossos objetivos, as nossas convicções e os princípios que norteiam a nossa missão e visão autárquicas, fomos implementando novas formas de ação e de desempenho, com o objetivo de prestar um melhor serviço ao município e à comunidade, melhorando a eficácia dos nossos colaboradores e a eficiência dos seus resultados.

Há ainda um caminho significativo a percorrer, que o tempo e, fundamentalmente, o empenho e a vontade comuns irão permitir evoluir com rigor, transparência, lealdade e resultados concretos.

Neste sentido, desafiamos as várias divisões e núcleos a recuperarem projetos e atividades que ficaram suspensos no final do anterior mandato, como, por exemplo, a realização do Festival Gastronomia de Bordo, relevante para a afirmação turística, gastronómica e identitária do nosso território e das nossas gentes; a programação cultural do 23 Milhas, tão rica e tão afirmativa no panorama regional e nacional; a reabertura das inscrições para o Programa Municipal de Bolsas de Estágio, projeto focado na nossa juventude; assim como o Programa das Férias Divertidas "Natal 2021", "Natal no Museu Marítimo

de Ílhavo – Natal Azul" e, no Estaleiro, a "Safra - Faz-te à Vida!", para além do regresso do "Programa Vocação", que será concretizado já no próximo mês de janeiro, entre outros projetos e atividades.

Nesta lógica de ação, entendemos ser extremamente importante a imagem de "pessoa e instituição de bem" que a Câmara Municipal deve, por obrigação, manter junto dos cidadãos, empresas e instituições. Assim, tornou-se imperativo o esforço que queremos desenvolver para a rápida conclusão de projetos e investimentos em curso – e são muitos –, honrando e assumindo os compromissos herdados do anterior exercício autárquico.

Independentemente de se poder questionar a forma, a prioridade ou a finalidade de alguns investimentos, seria totalmente desapropriado, económica e juridicamente insuportável para as finanças locais, e um total desrespeito pelos contratos e compromissos assumidos, riscarmos da nossa ação os processos, em curso e no terreno, com os quais nos deparámos nestes primeiros dias de governação.

Acreditamos que a rápida conclusão destes processos permitirá, durante o ano de 2022, redesenhar e reavaliar os projetos existentes e potenciar a sua maturação, traçar novos estudos e investimentos para as candidaturas ao remanescente do Portugal2020 e ao que já é conhecido das linhas orientadoras do Portugal2030.

Candidatamo-nos à gestão dos destinos do Município de Ílhavo sem qualquer ilusão: sabíamos ao que vínhamos e sabíamos o esforço que nos seria exigido. Ao longo destes primeiros dois meses trabalhamos muito, sempre com o foco nas pessoas.

Ouvimos e acolhemos as suas preocupações, necessidades e reivindicações, de forma direta ou indireta, através dos contactos com as nossas juntas de freguesia e as nossas associações, tão importantes para a coesão social e territorial.

Fomos eleitos para governar e para cumprir o nosso compromisso. É este o princípio que orientou – e orienta – neste arranque de mandato, as nossas políticas, o nosso trabalho e as ações que pretendemos implementar.

O diálogo com as diversas forças políticas é uma prática da nossa governação, respeitando as ideias divergentes, acolhendo contributos convergentes e procurando consensos geradores de uma ação positiva. Porém, é evidente que não permitiremos, nem aceitaremos, que a nossa ação governativa em prol da comunidade seja entorpecida por cálculos partidários.

Quando ouvimos e partilhámos com as Juntas de Freguesia o que perspetivamos para as nossas Opções e respetivo suporte Orçamental para 2022, quando cumprimos, mais do que era nossa obrigação – e seria igual sem a obrigatoriedade legal, por nossa clara opção política –, as Audiências Prévias e o Estatuto do Direito de Oposição, não podemos deixar de lamentar que o Partido Socialista (PS) tenha encontrado todas as desculpas e argumentos possíveis para estar ausente neste processo democrático e transparente.

Nas convergências de muitos e diferenças, legítimas e naturais, de outros, a renúncia do PS ao convite formalizado, por duas vezes, para nos reunirmos contradiz com a disponibilidade demonstrada pelo seu Vereador na Câmara Municipal, Eduardo Conde, que, entretanto, comunicou a suspensão da sua atividade por um período de um ano.

Por último, importa dar nota da perceção que temos, hoje, da realidade marcada ainda pela pandemia da Covid-19 e pelos seus impactos na sociedade e na economia.

Nunca deixámos de reconhecer a complexidade da gestão nacional e local desta crise de saúde pública que nos afeta desde março de 2020. Não o fazê-lo seria pura irresponsabilidade e demagogia. Fazê-lo apenas no contexto atual, esquecendo todos os dois anos que ficaram para trás, seria puro populismo. Não fazemos esse caminho. Por experiência própria, seja no desempenho de anteriores funções públicas e autárquicas, seja nas nossas famílias, na nossa comunidade, nas nossas empresas e profissões, sabemos e sentimos as dificuldades que a Covid-19 trouxe às nossas vidas.

O que nos preocupa, sem alarmismos, mas com determinação e redobrada atenção, é a vulnerabilidade do presente e do futuro face à incerteza da evolução da pandemia e dos seus efeitos na ação governativa, nos impactos na economia, na normalidade social, nas novas e diferenciadas exigências e nas nossas ações e atividades.

Não fugimos, nem escamoteamos, as nossas responsabilidades, bem pelo contrário. Contudo, não deixamos de nos interrogar em relação ao que 2022 nos pode reservar, principalmente quanto aos impactos sociais (desemprego, pressão nas Instituições Sociais e de Solidariedade, quebra de rendimento individual e familiar, entre outros), económicos (quebras na produção e fornecimento de bens, produtos e serviços, sustentabilidade do tecido empresarial e comercial), e na normalidade do nosso dia-a-dia (as relações sociais e de vizinhança, escola e a formação, o lazer, a cultura, o desempenho e atividades das nossas Associações, por exemplo).

Foi neste limbo, neste estado de indefinição, seja pela incerteza da pandemia, seja pela ausência de num Orçamento do Estado, seja, ainda, pelo que resultará das eleições legislativas de 30 de janeiro próximo, que na definição das GOP e Orçamento para 2022, bem como no Pacote Fiscal, optámos por uma proposta cuidadosa, que acautele eventuais surpresas que possam surgir, cumprindo e honrando os compromissos que se prolongam para o próximo ano e mantendo o necessário equilíbrio financeiro que não hipoteque o futuro do Município e das gerações futuras.

A tudo isto acresce ainda, conforme apresentamos no final do documento, um contexto contencioso que nos preocupa. Não queremos fazer qualquer juízo de valor ou acusações levianas, e, tão pouco, importa a longevidade dos processos.

A questão é simples: estão nas nossas mãos! O contencioso exigirá do nosso Gabinete Jurídico, atualmente bastante desfalcado e parco em recursos, e do nosso Assessor desta área de gestão, um colossal esforço para minimizar um impacto previsível de cerca de 12 milhões de euros em desfechos judiciais. Este valor representa, por si só, 40% do nosso Orçamento. Uma verba que a autarquia não consegue, obviamente, suportar, como facilmente se pode constatar. E se o valor é, em si mesmo, algo preocupante, demasiado preocupante, não o será menos, antes pelo contrário, a imprevisibilidade temporal da decisão judicial, independentemente da noção que, comumente, se tem da morosidade da nossa Justiça.

Para uma gestão e governação municipais, assente no rigor do equilíbrio financeiro, no planeamento de estratégias de serviço público que garanta o bem-estar das pessoas e o desenvolvimento do Município, nada cria uma maior indecisão, bloqueio, instabilidade e preocupação do que toda esta incerteza sustentada num volume de processos e respetivos encargos tão significativo como o que existe hoje.

1. ATIVIDADES E AÇÕES DESENVOLVIDAS

Apresentamos, de forma linear e sintética, o conjunto de iniciativas realizadas no intervalo temporal que respeita a presente comunicação.

O primeiro dia do novo presidente da câmara de Ílhavo começou antes do Sol nascer

Não sendo da nossa responsabilidade o título que ilustra esta nota, a verdade é que ele reflete e retrata o que foi o início, o primeiro dia, efetivo do nosso mandato.

De forma assumida, e simultaneamente com uma carga simbólica relevante, quisemos começar o primeiro dia de trabalho nos Armazéns Gerais da Câmara Municipal.

Junto daqueles que, por norma (criticável), são tantas vezes relegados para um segundo plano na estrutura municipal, quisemos demonstrar que, para este Executivo, todos os funcionários da Autarquia contam, com o mesmo sentido de equidade, para que possamos concretizar o nosso trabalho de gestão e governação local, para que possamos desempenhar, de forma eficaz, o nosso papel de serviço público.

Esta ação foi, igualmente, o início de um conjunto de reuniões e encontros com as diversas estruturas, prolongados durante a semana, que serviram de perceção da realidade interna da Câmara Municipal, permitindo, da mesma forma, reavaliar, reorganizar, compor e implementar novos procedimentos e metodologias de intervenção e desempenho funcionais.

Presidente da Câmara de Ílhavo visita uma Eco-Escola, na sua primeira ação exterior

O Presidente da Câmara Municipal de Ílhavo realizou, no dia 22 de outubro, a sua primeira visita oficial à EB 2,3 da Gafanha da Encarnação, no âmbito do projeto Eco-Escolas, projeto nacional que assinala um quarto de século.

Nesta ação, o Presidente de Câmara foi recebido pela Diretora do Eco-Agrupamento de Escolas da Gafanha da Encarnação, Prof.ª Ana Caiado, e pela Coordenadora do projeto Eco-Escolas, Prof.ª Ana Antunes, acompanhadas por vários alunos, docentes e assistentes operacionais.

A assinalar este momento, Presidente e comunidade escolar procederam à plantação de um freixo num dos espaços verdes da Escola, que este ano completa 12 anos de participação, com sucesso, no projeto Eco-Escolas.

Programa Municipal de bolsas de Estágio (PMBET) voltou a ter inscrições abertas

Entre 8 de novembro e 7 de dezembro, foi aberto o período de candidatura para os estágios no âmbito do Programa Municipal de Bolsas de Estágio de Trabalho (PMBET). Ao todo são 20 vagas, ou seja, o dobro da edição anterior.

Este reforço do PMBET traduz a aposta na empregabilidade e na qualificação de recursos humanos, um dos compromissos deste mandato autárquico com vista a uma sociedade mais justa e coesa.

Este programa de estágios irá decorrer ao longo do próximo ano, entre 1 de janeiro e 31 de dezembro, e abrange 15 áreas de formação em contexto laboral: Ação Social e Maior Idade; Administração Pública; Apoio Administrativo; Arquitetura;

Biblioteca, Arquivo e Documentação; AVAC e Frio; Comunicação, Design e Design Multimédia ou Novas Tecnologias; Conservação ou Restauro; Educação e Ciência (STEAM); Eletricidade; História; Manutenção Geral; Proteção Civil; Serviço Educativo ou Estudos Artísticos; Turismo.

Milha cresce cada vez mais e é plataforma única para a criação artística em Ílhavo

A quinta edição da Milha, Festa da Música e dos Músicos de Ílhavo, decorreu entre os dias 5 e 7 de novembro, em Ílhavo e na Gafanha da Nazaré.

Este ano foram lançadas três criações desenvolvidas para o evento, uma delas com direito a lançamento de álbum, quatro concertos, um deles em estreia absoluta e ainda uma conversa sobre o Programa de Apoio à Produção Local que surgiu no prolongamento do festival assumindo um papel preponderante na reflexão de todo o trabalho produzido.

A Milha assumiu-se este ano, cada vez mais, como um evento de futuro. Os três dias foram o culminar de meses de trabalho de centenas de artistas, membros de associações e agentes locais, mas a ideia é que seja sempre o início de algo mais, como o caso da Companhia Jovem de Dança de Ílhavo, do Programa de Apoio ao Setor Local, que inclui o Bairro (Pólo cultural do Laboratório das Artes do Teatro da Vista Alegre) e a PRAIA (plataforma de registo e divulgação de artistas ilhavenses), entre muitas outros projetos lançados pela ideia da Milha e de um apoio estruturado e alargado à produção local.

Museu Marítimo de Ílhavo reforçou a sua oferta educativa e formativa

No início do mês de novembro, foi aprovado o protocolo a celebrar entre o Museu Marítimo de Ílhavo e o Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, no âmbito do projeto "Era Uma Vez Um Peixe Chamado Bacalhau... para uma utilização sustentável dos Recursos Marinhos".

Este programa, destinado ao público escolar, visa a criação de um guião didático digital, baseado nas memórias da pesca do bacalhau, que promova a exploração das questões relacionadas com a pesca sustentável, as alterações climáticas e os seus efeitos nos oceanos, e a preservação das espécies marinhas.

"Era Uma Vez Um Peixe Chamado Bacalhau... para uma utilização sustentável dos Recursos Marinhos" é financiado pelo programa europeu EEA Grants 2014/2021 – Crescimento Azul – de apoio às iniciativas para a educação de Literacia do Oceano.

S. Martinho "Entre Canções e Castanhas" celebrado com a comunidade sénior

Para celebrar o Dia de São Martinho foi preparado um programa especial a pensar nos mais velhos. "Entre Canções e Castanhas" teve lugar no Fórum Municipal da Maior Idade, na Gafanha da Nazaré, no dia 11 de novembro.

Os Clubes Seniores do Município, nomeadamente da Santa Casa da Misericórdia de Ílhavo, o Espaço Convívio da Junta de Freguesia da Gafanha da Nazaré e os Maiores Idade, marcaram presença numa festa que foi uma oportunidade de

diversão e de convívio para todos, mantendo viva a tradição e a memória do magusto, envolvendo e valorizando as instituições, as coletividades e as pessoas, contribuindo assim para a realização, a alegria e o bem-estar da comunidade.

O "Entre Canções e Castanhas" foi a primeira ação do novo Executivo Municipal, no âmbito do Pelouro Comunidade que inclui a Maior Idade.

Curta-Metragem da Maior Idade do Município de Ílhavo premiada na Noruega

A curta-metragem "Visões Insulares", produzida pela Câmara Municipal de Ílhavo e realizada por João Garcia Neto no âmbito da Maior Idade, foi distinguida no Festival Internacional de Cinema na Noruega com uma Menção Honrosa.

Na cerimónia que decorreu na cidade de Tromsø, no dia 12 de novembro, o júri destacou o "poder de resiliência e imaginação" da curta-metragem protagonizada por quatro atrizes da Maior Idade de Ílhavo.

"Visões Insulares" retrata um dia com quatro destinos. A cada paragem, encontramos uma senhora idosa que mora sozinha, num lugar entre a liberdade e a solidão, e que vê as suas rotinas serem agravadas com a pandemia. O filme consegue retratar o tempo que perpetua ou muda a rotina de quatro mulheres que vivem em Ílhavo, apresentando os medos que as aprisionam e os sonhos que as libertam.

Vela para Todos

A Câmara Municipal procedeu à promoção de novos cursos de Iniciação à Vela, para a população em geral, a decorrer ao fim de semana, com início a 13 de novembro, no Clube de Vela da Costa Nova.

Cada curso compreende 10 aulas com a duração de 180 minutos por aula e pretende fomentar a aquisição de competências básicas de vela, desenvolver o gosto pela modalidade e desfrutar da natureza e das excelentes condições para a sua prática.

O Programa "Vela para Todos" é uma iniciativa da Câmara Municipal de Ílhavo que se realiza no âmbito do projeto "Formação para o Mar e para a Ria de Aveiro: Vela para Todos" para aprendizagem de competências básicas em vela, com o cofinanciamento do Mar2020, Portugal 2020 e União Europeia, através do FEAMP

Dia Nacional do Mar celebrado no Museu Marítimo de Ílhavo

A celebração do Dia Nacional do Mar (16 de novembro) foi promovida através de diversas ações realizadas no Museu Marítimo de Ílhavo, no dia 20 de novembro: uma oficina dirigida às crianças e às famílias, que desafiou os mais novos a pensarem em ações para travar as alterações do clima e a poluição marítima; a abertura da exposição de fotografia documental "Atlântico", de Hélder Luís, que aborda o mar como espaço de exploração, de descoberta, de transformação pessoal e, também, como lugar para a interação humana a bordo de um barco; a apresentação da nona edição da "Argos", a revista do Museu Marítimo de Ílhavo, com o tema "Bacalhau: Alimento, Sociedade e Cultura"; o lançamento do livro "Navios dos Descobrimentos. Memórias e Modelos", de António Marques da Silva, da responsabilidade dos Amigos do Museu Marítimo de Ílhavo; a divulgação do vencedor da 5.ª edição do concurso bienal "Prémio Octávio Lixa Filgueiras"

que distingue trabalhos de investigação na área das ciências sociais, especificamente dedicados à cultura marítima; e, por fim, a mostra de trabalhos do 3.º Workshop de Modelismo Naval, orientado pela empresa TEAM - Truques & Engenhocas Associação Modelismo, que decorreu entre maio e julho passado, com foco na reprodução do "dóri".

Visitas ao Museu Marítimo de Ílhavo e Centro de Religiosidade Marítima

O Museu Marítimo de Ílhavo e o Centro de Religiosidade Marítima, foram palco para o acolhimento de quase três mil de visitas, quer marcadas e guiadas, quer regulares.

Reunião de trabalho – Territórios com História

No dia 24 de novembro a Câmara Municipal promoveu uma reunião de trabalho com os parceiros do projeto Territórios com História (nomeadamente Ílhavo, Murtoza e Peniche) não só para atualização dos novos responsáveis políticos, consequência de mudança de executivos, mas também para reprogramação de acordo com o alargamento do prazo do projeto.

Dia Internacional dos Direitos das Crianças

A Câmara Municipal participou ativamente, em parceria com a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens e o Atendimento Social Integrado, no lançamento da Campanha Solidária de Natal “Fazer uma criança feliz está à distância de um gesto” para assinalar do Dia Internacional dos Direitos das Crianças.

Esta campanha apelou aos cidadãos para contribuírem com bens alimentares, produtos de higiene e de puericultura. Foi igualmente solicitada a colaboração dos agrupamentos de escolas que se envolveram ativamente nesta recolha de bens.

Câmara de Ílhavo promoveu a última Masterclass de Confeção de Ostras e outros Bivalves da Ria de Aveiro

A Câmara Municipal de Ílhavo promoveu, no dia 22 de novembro, no Montebelo Vista Alegre Ílhavo Hotel, a última de uma série de três *Masterclasses* de Confeção de Ostras e outros Bivalves da Ria de Aveiro.

Esta *Masterclass* foi dirigida a profissionais ou proprietários de estabelecimentos de restauração com responsabilidades na gestão da cozinha e/ou confeção, em espaços de restauração, preferencialmente, com atividade no Município de Ílhavo.

Os temas abordados, nas componentes teórica e prática, foram relacionados com a Ria de Aveiro e os seus produtos, em particular do Município de Ílhavo: ostras, amêijoas, berbigão e lingueirão.

A *Masterclass* foi lecionada por Olga Cavaleiro, socióloga de formação com mestrado em História da Alimentação, professora e investigadora na Escola de Hotelaria e Turismo do Porto e de Lamego, e Luís Barradas, *head-chef* do restaurante *Okah* em Lisboa, com 20 anos de experiência em cozinha asiática e em todos os produtos que o mar oferece.

"Concurso Literário Jovem" procura talentos literários

Após aprovação do respetivo regulamento, a 23 de novembro, deu-se início ao "Concurso Literário Jovem" na sua 21.ª edição e que decorrerá até 15 de março. Esta iniciativa promove e valoriza a língua portuguesa e fomenta nos jovens o gosto pela leitura e pela escrita é direcionada aos alunos do Ensino Básico ao Secundário dos estabelecimentos de ensino, público ou privado, do Município de Ílhavo.

Núcleo de Bibliotecas

Na sua missão para gerar complementaridade e sinergias, potenciando a sua função cultural e educativa, a Biblioteca Municipal de Ílhavo (BMI) vem assegurando um trabalho extraordinário na gestão da Rede de Bibliotecas de Ílhavo, bem como colaborando ativamente na Rede de Bibliotecas da CIRA, tendo neste período de tempo realizado 3 reuniões de trabalho em cada uma delas.

De forma a manter a atratividade e o interesse dos leitores promoveu a aquisição de centenas de títulos, quer na área infantojuvenil, que na de adulto, organizando e disponibilizar fundos documentais que obedecem a critérios como a abrangência, a diversidade, a atualidade e a pluralidade.

Ao longo do período em análise, a Biblioteca foi palco para as seguintes iniciativas:

- A Exposição "Heróis do Mar", pelo Quinto Palco, que esteve patente até ao final do mês de outubro;
- À Conversa com... Quinto Palco;
- Oficina de Expressão Dramática por Anabela Mateus e Paula Gomes (Quinto Palco);
- Histórias em Palco... orientada por Quinto Palco;
- 3 sessões "Makerspace BMI – Juntos fazemos!":
 - Memórias numa Caixa, por RUCAS;
 - Decorações de Natal por Feltro & Companhias;
 - Oficina de Ilustração por João Velhinho.
- Ao Som das Histórias - destaque para relembrar 10 anos de Ao Som das Histórias e gravações semanais para manter a rúbrica duas vezes por semana;
- A sessões habituais do projeto A Biblioteca Municipal vai à Biblioteca Escolar, 8 vezes;
- Hora do Conto... [ao sábado e diariamente];
- 9 sessões de Bebeteca;
- 4 Sessões de Bebeteca com LGP no Facebook;
- 2 Comunidades de Leitores:
 - "A morte de Ivan Ilitch" de Lev Tolstoi, com moderação de Ana Paradela;
 - À volta de Contos do Mundo, com moderação de Lisete Cipriano.
- Saberes com Sabor... Hortas Biológicas, por Maria José Valinhas;
- Exposição do Ilustrador João Velhinho "Aconteceu mesmo assim?", ao longo do mês de novembro e dezembro;
- Apresentação do Livro com apresentação por João Velhinho;
- À Conversa com... João Velhinho – três sessões;
- Vamos à BMI... com a magia do pirilampo!, 2 sessões;
- Visita à Biblioteca e Hora do Conto, 2 sessões;
- Clubes de Leitura para Pais e Filhos, com a realização de 9 sessões, três para cada clube.

Ainda no contexto da BMI, realçamos o trabalho de empréstimo ao domicílio, tendo neste momento especial enfoque para os Leitores mais idosos e para os Leitores da Gafanha da Nazaré.

Programa Vocação 2022

A Câmara Municipal de Ílhavo aprovou as normas de participação do "Programa Vocação 2022", dirigido aos jovens estudantes com idades compreendidas entre os 14 e os 25 anos, que residam e/ou estudem no Município de Ílhavo.

O "Programa Vocação" tem como objetivo contribuir para a formação da personalidade dos jovens, incrementando a sua autoconfiança e estimulando as suas capacidades de organização, de trabalho em equipa e de entreatajuda, abrangendo áreas tão importantes como o Apoio Técnico e Administrativo, a Animação Educativa e Cultural, o Ambiente e Proteção Animal, a Dinamização de Espaços Culturais, o Desporto, a Maior Idade, o Património e Cultura do Mar e a Animação Cultural.

Apoio na campanha de vacinação contra a gripe

Foi aprovado, em reunião de Câmara, que o Município de Ílhavo, no âmbito de um protocolo celebrado com a Associação Nacional de Farmácias, assume o custo da administração da vacina da gripe (2,50 euros) a todas as pessoas entre os 6 meses e os 64 anos de idade, que tenham patologias crónicas ou determinadas condições, residentes no Município, que se desloquem a uma das sete farmácias aderentes à campanha e que sejam previamente identificadas pelos seus médicos de família como sendo enquadráveis neste grupo de cidadãos

Laboratório do Envelhecimento apresentado à comunidade

A Câmara Municipal de Ílhavo iniciou no dia 24 de novembro as atividades previstas para o espaço denominado de Laboratório do Envelhecimento. Este laboratório tem como foco a criação artística e o desenvolvimento de projetos de investigação no campo do envelhecimento.

Este novo equipamento municipal, que funciona na antiga Unidade de Surdos de Ílhavo, no Beco Ferreira Gordo, ao lado na EB1 de Ílhavo, já começou a promover atividades no âmbito da iniciativa "Laboratório em Construção", tendo a primeira acontecido com uma visita ao espaço e uma conversa sobre o tema "Importância das Novas Respostas Sociais", orientada por Joana Ferreira, enfermeira e especialista na temática do envelhecimento. A participação contou com cerca de 80 pessoas.

Programa nacional "Eu Sou Digital" dirigido a seniores - Laboratório do Envelhecimento

O Núcleo da Maior Idade e Envelhecimento Ativo em a parceria com o Programa Nacional de Capacitação Digital Para Adultos, promoveu uma ação de formação, gratuita, para os seniores do município.

Contou com a participação de 50 jovens voluntários que prestaram apoio a 50 seniores.

Viagem virtual a Paris – DeCA

No âmbito das estreitas parcerias com a Universidade de Aveiro e seus diversos departamentos, alguns idosos das IPSS do concelho bem como idosos que participam nas atividades do núcleo da Maior Idade e Envelhecimento Ativo, tiveram a oportunidade de participar numa iniciativa de realidade virtual promovida por um grupo de alunos no contexto dos trabalhos desenvolvidos nas áreas de investigação e das novas tecnologias.

Filme "Terra Nova" esteve em exibição no Museu Marítimo de Ílhavo

O filme "Terra Nova", realizado por Artur Ribeiro, esteve em exibição no Museu Marítimo de Ílhavo, nos dias 26 e 27 de novembro, tendo a receita de bilheteira revertido a favor do Centro Social Paroquial de Nossa Senhora da Nazaré.

Baseado na obra "O Lugre", de Bernardo Santareno, "Terra Nova" conta a história do lugre bacalhoeiro Terra Nova, quando num mau ano de pesca, o capitão decide arriscar numa rota nunca navegada até à Gronelândia.

Gastronomia de Bordo e visitas Sentidos de Mar – “Territórios com História: o Mar, as Pescas e as Comunidades”

Decorreu entre 30 de novembro e 12 de dezembro o Festival Gastronomia de Bordo, envolvendo 17 restaurantes do município que levaram à mesa experiências gastronómicas únicas, inspiradas nos sabores da cozinha dos navios bacalhoeiros.

Durante esses 13 dias, ao menu habitual, os restaurantes aderentes acrescentaram, ao jantar, uma experiência gastronómica, composta por três pratos de bacalhau e seus derivados, numa combinação de entradas e pratos principais.

Além das experiências gastronómicas, o Festival Gastronomia de Bordo incluiu várias visitas culturais "Sentidos de Mar", associadas à cultura marítima do município e enquadradas na proposta de comunicação ao público do circuito do pescado consumido à nossa mesa. A conferência de imprensa de apresentação do festival decorreu em contexto de empresa do ramo da transformação do bacalhau, onde também teve lugar um *showcooking*, pelo *chef* Tony Martins, de pratos confeccionados com bacalhau e seus subprodutos, em simultâneo à apresentação da 2ª edição do livro "Chora e Feijão Assado" por parte da Câmara Municipal de Ílhavo.

Turismo

No período correspondente, a que esta atividade municipal reporta, decorreu a participação no AccessTUR - 2º Workshop de Trabalho em rede CIM Aveiro, que incluiu a receção de kits multiformato para o Museu Marítimo de Ílhavo e Pack Ensino, no âmbito da candidatura Turismo Acessível.

Ainda em rede constante com a CIRA procedeu-se à indicação de agentes de animação e empreendimentos turísticos para participação em "famtrip" na Murtosa, no âmbito do projeto "Grande Rota da Ria de Aveiro".

No âmbito dos projetos cofinanciados "Notoriedade da Ostra produzida no Município de Ílhavo na Ria de Aveiro" e "Estação Náutica do Município de Ílhavo: Projeto piloto para a Região de Aveiro" decorreram reuniões para

acompanhamento dos Planos de Promoção e Marketing de cada um dos projetos. Ainda relativamente à Estação Náutica do município decorreu a reunião Fórum Oceano com vista à definição de produtos turísticos e envolvimento na rede de internacionalização das estações.

Ainda durante este período decorreu uma colaboração na dinamização do Festival ART&Tur (em estreita articulação com o Turismo Centro de Portugal), bem como a dinamização da colaboração turística com Universidade de Aveiro (disciplina de Gestão de Património Cultural), tendo como objeto de estudo o Museu Marítimo de Ílhavo.

Numa prática regular e rigorosa, procedeu-se à renovação da informação semanal da agenda turística junto dos agentes económicos do turismo, com inserção de QRCode e versão para impressão bem como a dinamização e atualização das plataformas municipais (e outras) com informação turística local, incluindo a atualização permanente das redes sociais.

No que concerne ao período em análise foram realizados 118 atendimentos no Posto de Turismo de Ílhavo e 190 no Posto de Turismo da Costa Nova. Colaboração na dinamização do festival ART&Tur (solicitação de colaboração Turismo Centro de Portugal);

Numa prática regular e rigorosa, procedeu-se à renovação da informação semanal da agenda turística junto dos agentes económicos do turismo, com inserção de QRCode e versão para impressão bem como a dinamização e atualização das plataformas municipais (e outras) com informação turística local.

Núcleo de Eventos Municipais

Considerando que ao núcleo de Eventos Municipais compete sistematizar o calendário anual dos eventos a realizar no território do Município, articulando as datas e os locais de modo a evitar sobreposições e constrangimentos, em articulação com as outras unidades orgânicas e com as freguesias, esta tem sido maioritariamente a tarefa desenvolvida pelo Núcleo. Ainda no contexto da organização e consolidação do Plano Anual de Atividades, acompanha a gestão dos pedidos de cedência de espaço por parte das Associações e das IPSS, consertando diretamente com a Vereação a sua cedência ou alteração.

LEME com balanço muito positivo

O LEME, festival de circo contemporâneo em Ílhavo, arrancou no dia 2 de dezembro e terminou no dia 12, em vários espaços, alguns menos convencionais, do Município de Ílhavo.

Este ano, o festival apostou numa edição alargada, face a algumas limitações na lotação das salas, que assegurou mais do que uma sessão do mesmo espetáculo, multiplicando as oportunidades de assistir a estreias nacionais que têm impressionado público e profissionais da área, bem como a criação do festival deste ano: Albano.

Núcleo 23 Milhas e Produção Artística

No âmbito da programação do 23 Milhas e Produção Artística, para além da programação regular nos quatro equipamentos, destacamos a Festa da Música e dos Músicos Ilhavenses, a Milha; o Leme; a preparação da programação

para o primeiro trimestre de 2022; o desenho e desenvolvimento da candidatura da Casa da Cultura de Ílhavo ao apoio da DGARTES no âmbito da RTCP.

No período em análise decorreram diversos espetáculos de um conjunto diversificado de iniciativas performativas:

- Coelho Radio Ativo + Vitor Hugo, Festival Safra, na Fábrica das Ideias;
- Do Mato para o Prato, Oficina de ervas silvestres e flores comestíveis, Planteia;
- B Fachada, CCI;
- Antiprincesas, Planteia;
- Holy Clowns Av. Bacalhoeiros, Residência à conversa;
- Milha, Ílhavo e Gafanha da Nazaré
- MUTABILIA, CCI;
- Primeira Dama, Fabrica das Ideias;
- Paradoxos de Alice, CCI;
- Festivais de Outono, Laboratório das Artes;
- Mallu Magalhães, CCI;
- APATIA, Fábrica das Ideias;
- Plantio de Outono, Planteia;
- LEME, Ílhavo, Vista Alegre e Gafanha da Nazaré.

O número de pessoas envolvidas nas atividades ascende a 5872, distribuídas pelas atividades nos seguintes equipamentos:

- Cais Criativo Costa Nova - 460 pessoas
- Fábrica Ideias Gafanha da Nazaré - 1931 pessoas
- Laboratório Artes Teatro Vista Alegre - 1066 pessoas
- Casa Cultura Ílhavo - 2415 pessoas

Transversalmente a esta programação, e de modo a garantir um efetivo e ativo envolvimento da comunidade, a equipa do 23 Milhas teve ainda que disponibilizar apoios técnicos e de assessoria ao nível da cedência de espaços quer a Associações do Município, quer nos alugueres que ocorrem e qua carecem do seu apoio para o decorrer das suas iniciativas.

Receção à Comitiva do IPDAL - Instituto para Promoção da América Latina e Caraíbas

O Executivo acolheu, no Museu Marítimo de Ílhavo, no dia 2 de dezembro, uma comitiva do IPDAL - Instituto para Promoção da América Latina e Caraíbas.

Nesta receção o Executivo pretendeu fortalecer contactos e estreitar laços que potenciem o Município naquela região, dando a conhecer as suas potencialidades de investimento empresarial e de fixação de empresas e pessoas, o seu património e identidade que caracterizam Ílhavo, e as atratividades turísticas que o território tem para oferecer.

Câmara Municipal de Ílhavo distinguida pela cidadania inclusiva

As políticas de inclusão da Câmara Municipal de Ílhavo foram distinguidas pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), com a atribuição da "Marca Entidade Empregadora Inclusiva 2021" à autarquia.

Pela terceira vez consecutiva, a Câmara Municipal é premiada publicamente com esta distinção de práticas abertas e inclusivas, demonstrando ser um caso de sucesso na política de cidadania inclusiva em Portugal.

Com uma periodicidade bienal, a terceira edição do Prémio "Marca Entidade Empregadora Inclusiva 2021" distinguiu 39 dos 133 candidatos - empresas, entidades públicas e setor social - pelas suas práticas de gestão inclusivas, a partir da análise dos dados do biénio 2019/2021.

Equipa Multidisciplinar de Apoio à Comunidade Educativa (EMACE)

Programa "Mente Saudável"

A EMACE em parceria com o Agrupamento de Escolas da Gafanha da Encarnação, promoveu a primeira sessão ação de intervenção em grupo, dirigida a três turmas do 8.º ano, num total de 75 alunos, dedicada à gestão da ansiedade e da tristeza.

Projeto 2P_Prevenção Positiva

A EMACE em parceria com o Agrupamento de Escolas de Ílhavo, promoveu a primeira sessão ação de intervenção em grupo, dirigida a seis turmas dos 5.º e 6.º anos, num total 12 sessões envolvendo de 229 alunos, dedicada à temática das emoções.

Inscrições abertas para a Bolsa Municipal de Voluntariado Social - COVID-19

A Câmara Municipal, no âmbito de ações de mitigação e combate à pandemia da COVID-19, abriu inscrições para a Bolsa Municipal de Voluntariado Social.

Este voluntariado tem como objetivo apoiar as Instituições, nomeadamente as Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas (Lares) e a Unidade de Cuidados Continuados da Santa Casa da Misericórdia de Ílhavo, nas complexas e difíceis respostas sociais que têm de prestar, a título preparatório e preventivo, minimizando eventuais impactos da COVID-19 nas suas estruturas.

Menção Honrosa no Prémio de Boas Práticas de Envelhecimento Ativo e Saudável na Região Centro

A 7 de dezembro o projeto "Maiores Pela Janela" foi premiado com Menção Honrosa na categoria "Vida+" na 4.ª edição dos Prémios de Boas Práticas em Envelhecimento Ativo e Saudável da Região Centro. A apresentação dos projetos finalistas e entrega dos prémios ocorreu durante o 8.º Congresso Envelhecimento Ativo e Saudável organizado pelo Consórcio Ageing@Coimbra.

Subunidade Orgânica de Centro de Documentação

A subunidade orgânica de Centro de Documentação, desenvolveu resumidamente as seguintes ações:

- tratamento arquivístico da informação, nomeadamente: a descrição/representação de documentos; a experimentação, adaptação e otimização da base de dados Archeevo, adaptando-a à realidade do CDI;
- introdução de informação na nova aplicação;
- início da atualização de tesouros/lista controlada de termos para representação dos assuntos dos arquivos;
- formação para realização da classificação da informação produzida pelos serviços da CMI;
- atendimento ao público e serviço de referência.

No âmbito da programação de atividades desenvolveram-se as seguintes:

- elaboração de proposta para o programa da Restauração do Concelho 2022;
- informação para a edição do e-book sobre o projeto “Se esta rua fosse minha”;
- elaboração da proposta de programa para o Pont(e)s de Acesso 2022;
- informação para o jogo didático “E se esta rua fosse minha?”;
- preparação para a publicação da revista “Nossa Gente: Biografia de Manuel Maria Bolais Mónica”.

Ao nível do Serviço Educativo as atividades desenvolvidas neste período foram sumariamente:

- 2 sessão do Clube de Genealogias, cada uma das quais com um participante;
- 6 sessões do Quem sai aos seus..., envolvendo 6 turmas, num total de 121 participantes (alunos e respetivos professores);
- 4 sessões de Os Ílhavos na Grande Guerra, envolvendo 4 turmas do 9º ano, num total de 76 participantes (alunos e respetivos professores).

2. RESPONSABILIDADE SOCIAL

Fundo Municipal de Apoio a Famílias e Indivíduos Carenciados

Durante este período, o Fundo Municipal de Apoio a Famílias e Indivíduos Carenciados atribuiu os seguintes apoios sociais.

Comparticipação em rendas: 7 solicitações diferidas, no valor de 2.535,54 €

Comparticipação em despesas no pagamento da fatura relativa a água, saneamento e resíduos sólidos: 37 solicitações diferidas.

Redução de taxas de acesso a equipamentos desportivos e culturais: 15 solicitações diferidas

Bolsas de Estudo do Ensino Superior – 2021/2022

A 2 de dezembro foi aprovada pela Câmara a lista provisória dos candidatos admitidos à atribuição de Bolsas de Estudo do Ensino Superior. Para este concurso concorreram 55 candidatos/as dos quais 39 foram admitidos/as e 16 excluídos. A Câmara Municipal de Ílhavo deliberou o Relatório Provisório que atribui 30 bolsas de estudo, sublinhando que após o período de audiência de interessados, se redigirá a lista final, para a respetiva deliberação.

Serviço de Apoio à Formação e Emprego

Entre 18 de outubro e 8 de dezembro foram elaborados e divulgados 7 Boletins de Oportunidades de Emprego Semanal; rececionados e respondidas 7 candidaturas espontâneas; foram apoiadas entidades no processo de recrutamento e seleção de 15 candidatos encaminhados pelo serviço, sendo que 2 foram selecionados; foi realizado atendimento individualizado e apoio à reinserção no mercado de trabalho, em articulação com o Núcleo Local de Inserção.

Quanto ao Gabinete de Inserção Profissional, foram promovidas 4 Sessões de informação coletiva sobre Direitos e Deveres para pessoas beneficiárias de subsídio de desemprego e dinamizados 8 Grupos de Emprego Acompanhado com periodicidade semanal.

Medidas Apoio IEFP: Contrato de Emprego e Inserção

- Integração de 1 munícipe Contrato de Emprego e Inserção +;
- Renovação de Contrato de Emprego Inserção 1 trabalhador no seguimento de prorrogação de subsídio;
- Integração de 1 munícipe Contrato de Emprego e Inserção.

Comércio Local

Até 8 de dezembro foram analisados pedidos de reembolso dos descontos auferidos pelos clientes das 14 empresas de comércio local no Município de Ílhavo aderentes à campanha “Compre o que está mais à mão! Opte pelo Comércio no Nosso Município”.

Reuniões de Acompanhamento da Sub-Comissão Covid-19

Manutenção das reuniões de acompanhamento da evolução da situação epidemiológica do novo Coronavírus — COVID 19 no Município (4 reuniões realizadas), as quais se têm realizado com uma periodicidade semanal e contam com a presença de representantes das seguintes entidades:

- Município de Ílhavo:
- Delegada de Saúde
- GNR:
- BVI
- Agrupamento de Escolas de Ílhavo
- Agrupamento de Escolas da Gafanha da Nazaré
- Agrupamento de Escolas da Gafanha da Encarnação
- CASCI
- Santa Casa da Misericórdia de Ílhavo
- Lar São José
- Centro Comunitário da Gafanha do Carmo (CCGC)
- Centro Social e Paroquial N.ª Sra. Nazaré (CSPNSN)

3. INOVAÇÃO TERRITORIAL E ECONÓMICA

Incubadora de Empresas do Município de Ílhavo

Realização de 2 Reuniões de Diagnóstico e validação de Ideias de Negócio.

Fundos Comunitários

Foram acompanhadas 24 candidaturas em execução de diversos Programas Operacionais, tendo sido realizadas diversas reuniões de equipas para análise da evolução de cada uma das candidaturas, envolvendo todas as divisões da CMI.

4. DIVISÃO DE PLANEAMENTO E ORDENAMENTO E MOBILIDADE

4.1 PLANEAMENTO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Alteração do PDM de Ílhavo no âmbito do quadro legal

A Câmara Municipal encontra-se a desenvolver os elementos que irão constituir a Proposta de Alteração do PDM de Ílhavo para efeitos de realização da Conferência Procedimental no fim do 1.º trimestre de 2022.

Nesse sentido, face aos prazos em causa, retomaram-se as reuniões periódicas para elaboração de pontos de situação com monitorização e calendarização do trabalho. De uma forma generalizada, estão em discussão de trabalho os seguintes pontos:

Avaliação Ambiental Estratégica (AAE)

Está em desenvolvimento a 1.ª fase da AAE – Relatório de Fatores Críticos, para a consulta às entidades com responsabilidades ambientais específicas. A consulta ocorrerá ainda durante o mês de Dezembro de 2021.

Reavaliação de UOPG - Unidades Operativas de Planeamento e Gestão

Está em análise o Relatório de Fundamentação das Unidades Operativas de Planeamento Gestão (UOPG).

Reavaliação de Perímetros Urbanos (solo urbano atual)

Dando cumprimento aos critérios de classificação e qualificação estabelecidos no atual diploma regulamentar, a Câmara Municipal encontra-se a analisar o uso do solo. A análise incidirá na eliminação do solo urbanizável que, de acordo com as suas características atuais, passará a solo rústico ou urbano, mas também na reavaliação de todo o solo classificado como urbano, em particular aquele que não se encontra comprometido, resultando na manutenção da classificação como solo urbano ou, caso contrário, na sua reversão para solo rústico.

Planos de Pormenor (PP)

Plano de Pormenor da Zona Industrial da Mota - ZIM

Após a realização dos procedimentos de suspensão parcial do PP da ZIM, e a recente reprogramação de trabalhos, encontram-se em curso procedimentos internos (articulação técnica), no sentido de proceder ao levantamento e caracterização da ZIM atual; à revogação do PP da ZIM; à alteração do articulado regulamentar no âmbito do procedimento de Alteração do PDM de Ílhavo; à expansão da atual ZIM.

Plano de Pormenor do Museu de Ílhavo

Após a resolução convencional do contrato para prestação de serviços para elaboração da Revisão do Plano de Pormenor do Museu de Ílhavo e confirmada a oportunidade para revogar o PP, foram desenvolvidos os trabalhos de levantamento e caracterização de todos processos na área do PP e o desenvolvimento de proposta de desenho urbano para validação.

2.ª Ampliação da RIASTONE

Permanece em curso o processo de articulação com o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) para aferição da área a desafetar do Regime Florestal Total e da(s) área(s) de compensação. As equipas da CMI e do ICNF reuniram em novembro de 2021, em Coimbra, para abordagem dos seguintes assuntos: perímetro da Mata Nacional - Regime Florestal Total; discussão dos pareceres emitidos tendo em vista a expansão da RiaStone; avaliação de condições para expansão da ZIM.

A CMI aguarda pela emissão do parecer final do ICNF.

Colónia Agrícola da Gafanha

Gafanha, de forma a clarificar e resolver os problemas relativos à propriedade e uso do solo identificados nesta área.

Realizou-se uma reunião em novembro de 2021, na CMI, com o Subdiretor da DGTF, Arq. Miguel Santos, para abordagem dos seguintes assuntos: possibilidade de reprogramação da Colónia Agrícola da Gafanha, através de articulação conjunta (CMI, DGTF e CCDR-C); resolução através de formalização/regularização das parcelas afetadas à CMI; transferência de Património Imóvel Público - Casal da Colónia Agrícola da Gafanha.

Relativamente à Transferência de Património imóvel Público - Casal na Colónia Agrícola – Casal 43, o processo iniciado em novembro de 2019, com base num pedido articulado entre um privado, a DRAP-C e a DGTF, para transferência de património imóvel de um casal, para a implementação de um Centro Hípico, ainda não está definido. No seguimento da reunião com a DGTF foram dadas novas indicações para a resolução/conclusão do Acordo de transferência da parcela que estão a ser tratadas em conformidade.

Proposta de traçado da Via das Cancelas

Está em curso o reajustamento da proposta do Plano de Pormenor das Cancelas, com base na consolidação de um novo traçado da Via das Cancelas, circular à cidade de Ílhavo. Tendo sido adjudicado, em fev/2021, à empresa Envisquantis, após a análise de sucessivas versões/revisões à proposta de traçado, encontra-se em articulação o agendamento de uma reunião final com o gabinete para o fecho do Estudo Prévio.

4.2 MOBILIDADE E TRANSPORTES

Serviço público de transporte de passageiros - SPTP

Encontra-se em desenvolvimento, CMI/CIRA, a fase de estabilização das peças para o lançamento do 2.º concurso conducente à concessão do Serviço Público de Transporte de Passageiros para a Região de Aveiro.

Plano Intermunicipal de Mobilidade e Transportes – PIMTRA

Encontra-se em desenvolvimento a 2ª fase – Definição da Estratégia para a atualização do Plano Intermunicipal de Mobilidade e Transportes da Região de Aveiro – A aposta na mobilidade ativa.

4.3 SISTEMA DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA - SIG

Cadastro Simplificado - Balcão Único do Prédio (BUPI)

O BUPI (Balcão Único do Prédio) é uma plataforma *online* e um balcão de atendimento presencial, que reúne informação sobre as propriedades e os seus donos, e onde os proprietários podem fazer a georreferenciação e o registo dos seus terrenos. O funcionamento deste Balcão surge no âmbito de uma candidatura da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro ao Programa Operacional Regional do Centro - CENTRO 2020, na qual se integra o Município de Ílhavo.

Dando continuidade à atividade iniciada em setembro do presente ano, a CMI disponibiliza aos municípios, agora com dois postos de atendimento, um serviço de georreferenciação simplificada cujo objetivo é o de encurtar o tempo e os recursos necessários ao mapeamento e registo de propriedades rústicas, ou mistas, de forma gratuita.

Até 30 de novembro foram concluídas 163 RGG (Representação Gráfica Georreferenciada).

4.4 TOPOGRAFIA E CADASTRO

O serviço de Topografia e Cadastro continua a prestar apoio às várias divisões técnicas da CMI, nomeadamente DOPGU, DOIA e DGESU, através da realização de levantamento topográficos, verificação de alinhamentos e implantações (PO).

5. DIVISÃO DE OBRAS PARTICULARES E GESTÃO URBANA

5.1 REQUERIMENTOS

No quadro seguinte traduz-se a quantidade de requerimentos, por tipo, que deram entrada no período de 17/10/2021 a 08/12/2021, no Gabinete de Atendimento Geral (GAG) e na Secção de Apoio Administrativo (SAA) da Divisão de Obras Particulares e Gestão Urbana (DOPGU), para posterior tratamento em termos de informação, despacho e notificação:

Ambiente	2
Antenas	0
Arquitetura	29
Arquitetura e especialidade	11
Averbamento	8
Certidão	51
Com. prévia obras	1
Com. prévia estabelecimento	15
Cópias	7
Demolição	2
Destaque de parcela	8
Diversos	46
Emissão de alvarás	42
Esclarecimentos entidades externas	7
Especialidades	13
Exposições	11
Ficha técnica da habitação	11
Gabinete Técnico Florestal	5
Horário de funcionamento	0
Informação prévia/Direito Informação	34
IP loteamento	1
Início de obra	15
Inspeção elevadores	21
Junção de elementos	41
Legalizações	15
Loteamento	7
Número de polícia	1
Obras de urbanização	31
Ocupação Espaço Público/PUB	12
Ocupação Espaço Público Obras	9
Propriedade horizontal	2
Prorrogação licença	10
Renovação licença	3
Utilização	30
Verificação de alinhamentos	17
Vistorias	9
TOTAL	527

5.2 DOCUMENTOS PRODUZIDOS

No quadro seguinte resume-se a quantidade de trabalho, traduzida em número de documentos produzidos nas áreas executiva, técnica e administrativa afetas à DOPGU, no mesmo período:

Informações técnicas	628
Despachos	399
Notificações	621
Pareceres Externos	0
Certidões	78
Alvarás URBANISMO	61
Alvarás OEP	0
Avisos OEP – novos (avisos)	14
Comunicações Prévias OEP (avisos pagos)	20
Vistorias	41
Reuniões técnicas com munícipes	91
Receita Urbanismo	€56.299,00
Receita Ocupação Espaço Público	€974,00
Receita Total	€57.273,00

5.3 ATENDIMENTO APÚBLICO

No quadro seguinte resume-se, para o período em análise, a quantidade de munícipes atendidos no GAG para tratar de assuntos no âmbito de obras particulares:

Total	2055
Número de dias	35
Média diária de atendimentos	59

6. OBRAS/EMPREITADAS MUNICIPAIS EM CURSO

6.1 PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELOS SERVIÇOS TÉCNICOS

- Análise e acompanhamento de projetos;
- Elaboração de projetos de arquitetura e especialidades;
- Medições e orçamento;
- Gestão financeira das candidaturas a Fundos Comunitários;
- Acompanhamento e fiscalização de obras;
- Acompanhamento, fiscalização e gestão dos contratos da prestação de serviços de RSU, limpeza sanitários das praias e limpeza de areais;
- Desenvolvimento e implementação de projetos de Educação Ambiental (escolas, praias, Ecocentro);
- Preparação dos processos para obtenção dos galardões “Praia Acessível” e “Bandeira Azul”;
- Elaboração e acompanhamento de projetos no âmbito da Adaptação às Alterações Climáticas.

6.2 EMPREITADAS

Obras em Curso

- Requalificação do Bairro dos Pescadores, Ílhavo (PEDU) – em fase de conclusão;
- Construção Corredor Ciclável no âmbito do PAMUS (Percurso 1) Gafanha de Aquém/ Gafanha da Encarnação – em fase de conclusão;
- Construção Corredor Ciclável no âmbito do PAMUS (Percurso 2) Gafanha de Aquém/ Gafanha da Nazaré – em fase de conclusão;
- Requalificação do Navio-Museu Santo André – em fase de conclusão;
- Construção da receção do Navio-Museu Santo André – em fase de conclusão;
- Requalificação da Rua João Carlos Gomes - PARU - em fase de conclusão;
- Reforço do cordão dunar com a construção dos passadiços de ligação da Praia da Barra à da Costa Nova (APAmbiente/CMI) - em fase de conclusão;
- Arranjo do Largo das Ervas, em Ílhavo – em fase de conclusão;
- Requalificação do Bairro do Bebedouro (Blocos 2 e 5), Gafanha da Nazaré;
- Rede de Águas Residuais e Pluviais da Gafanha da Encarnação – 2.ª fase (CMI e AdRA) - PAR 200;
- Requalificação da Av. Nossa Sra. da Saúde, na Costa Nova, Gafanha da Encarnação - suspensa, a retomar em Jan/2022;
- Dragagem de Manutenção do Cais dos Pescadores da Costa Nova;
- Arranjos Urbanísticos no Município - Rua São Francisco Xavier - Passeios e Estacionamentos;

	<ul style="list-style-type: none"> • Requalificação da Rua da Cancelas - 1.ª Fase - Redes de Drenagem de Águas Residuais e Águas Pluviais;
Obras Adjudicadas	<ul style="list-style-type: none"> • Reabilitação e manutenção do Pavilhão Municipal da Gafanha do Carmo – em definição de datas de início face ao calendário desportivo; • Águas Residuais da Gafanha da Encarnação/Carmo (PAR 012) e Pluviais - Ílhavo - aguarda Visto do Tribunal de Contas; • Requalificação e Ampliação do Salão Cultural e da UCSP da Gafanha da Encarnação - preparação para início da obra; • Construção do Corredor Ciclável PAMUS 11 – secção entre a Zona Industrial da Mota, Gafanha da Encarnação, e a Gafanha da Nazaré.
Obras Concluídas	<ul style="list-style-type: none"> • Requalificação do Parque da Malhada, Ílhavo (PEDU); • Rampa de Acesso no Cais de Abrigo da Zona da Mota - Gafanha da Encarnação; • Requalificação dos Acessos e Zona Verde junto ao CIEMAR; • Centro para a Valorização e Interpretação da Religiosidade Ligada ao Mar e Loja Social – reabilitação do antigo Quartel dos Bombeiros
Outros Procedimentos	<ul style="list-style-type: none"> • Iluminação de Natal 2021; • Conceção, Execução e Instalação de Elemento Escultórico de Homenagem aos BOMBEIROS Voluntários - fase final de conclusão.

7. DIVISÃO DE GESTÃO DE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS URBANOS

Espaços Verdes

- Manutenção habitual de relvados;
- Execução de podas na Barra e na Gafanha da Nazaré (Av. dos Bacalhoeiros, Jardim 31 de Agosto, Av. José Estevão);
- Trabalhos de jardinagem, aplicação de sementeira, nos espaços ajardinados do Parque Illiabum, entre o Posto de Turismo de Ílhavo e a Piscina Municipal;
- Plantação de árvores na Rotunda de Vale de Ílhavo, no Largo das Ervasas e na Av. Mário Sacramento (S. Salvador);
- Reconstrução do relvado junto do CCI;
- Corte de cedros na Piscina da Gafanha da Nazaré que colocavam em risco a estrutura do edifício;
- Manutenção do logradouro do Laboratório do Envelhecimento, e colocação de plantas de interior nesse espaço;
- Continuação de limpezas de logradouros nos Centros Escolares e dos recreios das Escolas Básicas após a reabertura do ano escolar;
- Limpeza da Vala do Illiabum;
- Limpeza de bermas no Nó Viário da Barra;
- Limpeza de canteiros na Av. 25 Abril;
- Limpeza de terreno em vale de Ílhavo, com encaminhamento dos pneus aí existentes para reciclagem (Ecocentro).

Espaços Públicos

- Trabalhos de manutenção nos passadiços em madeira existentes nas praias;
- Ações de inspeção e manutenção dos Parques Infantis em todo o concelho;
- Construção da nova Rotunda de Vale de Ílhavo;
- Construção do muro divisório do Lote dos Armazéns Gerais;
- Construção de 3 lugares de estacionamento em frente ao Jardim de Infância da Santa Casa da Misericórdia de Ílhavo;
- Trabalhos de reparação e manutenção de diversos passeios e áreas de calçada, em vários pontos do concelho;
- Reconstrução dos trapiches do Cais dos Pescadores da Costa Nova (substituição de madeira das estruturas flutuantes);
- Trabalhos de execução de lombas para redução de velocidade na Rua da Amarona (S. Salvador);
- Colocação de lombas de redução de velocidade na rua do Cabecinho (S. Salvador);
- Manutenção de vários lugares de estacionamento para deficientes;
- Realização de obras de manutenção de Passeios e Pontes no Jardim Oudinot;
- Acompanhamento dos trabalhos de Remodelação dos Espaços de Jogo e
- Recreio (Parques Infantis) do Jardim Oudinot – Norte e Sul;

	<ul style="list-style-type: none"> • Recolhas de Resíduos Diferenciados dos EcoPontos existentes no Centros Escolares; • Recolha de Resíduos Diferenciados dos EcoPontos dos diferentes edifícios Municipais;
<p>Edifícios e Equipamentos</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Desmantelamento do Parque Infantil existente no logradouro do Fórum da Maior Idade, com vista à futura instalação de uma Horta Comunitária; • Finalização das obras de instalação de corrente elétrica e de fornecimento de água na Rotunda dos B.V. Ílhavo, com vista à colocação da instalação artística de homenagem ao Bombeiro; • Realização de trabalhos de melhoramento das bases dos jatos da Fonte Visitável do Jardim Henriqueta Maia, e acompanhamento da WaterConcept na realização das ações de preparação para o arranque da referida Fonte; • Manutenção e trabalhos de rotina nos WCs (públicos e dos vários edifícios); • Realização de trabalhos de alteração do trapiche de acesso ao Navio Museu Santo André (NMSA), nomeadamente com a instalação de guarda-corpos em chapa perfurada e aplicação de tubos para passagem de alimentação elétrica e de telecomunicações; • Realização de trabalhos de pinturas na sala de projeção sita no antigo “paiol de redes”, e de envernizamento do estrado do Auditório sito no antigo “porão de congelados” do Navio Museu Santo André (NMSA); • Execução de trabalhos de reabilitação e renovação dos projetores de iluminação situados no ancoradouro do Navio Museu Santo André, concretamente pela substituição de projetores de iodetos metálicos por novos projetores de LED; • Acompanhamento do processo decorrente do abalroamento do Navio Museu Santo André (pela embarcação “Ajudado por Deus”), nomeadamente na avaliação/ peritagem dos danos provocados; • Acompanhamento dos trabalhos de substituição das caleiras das águas pluviais do Centro Escolar de Vale de Ílhavo, devido ao apodrecimento das anteriores; • Acompanhamento dos trabalhos de manutenção nos Centros Escolares, Escolas Básicas, ATLS e Jardins de Infância, para início do novo ano lectivo, nomeadamente com a execução das seguintes tarefas: <ul style="list-style-type: none"> • Pinturas de muros exteriores do C.E. de St^a M^a Manuela; • Reparação do muro exterior do C.E. da Léguas; • Aplicação de isolamento térmico exterior (cappoto) no Sócio-Educativo da Gafanha da Encarnação; • Pintura de espaços interiores no Sócio-Educativo da Gafanha da Encarnação; • Reparação das caldeiras das árvores do logradouro do C.E. de Vale de Ílhavo; • Verificação do estado de conservação das coberturas do C.E. da Nossa Senhora do Pranto e do C.E. Santa Maria Manuela; • Reparações diversas na iluminação das salas de aula da E.B.1 da Cambeia, da E.B.1 da Chousa-Velha e da E.B.1 da Cale da Vila;

- Reparações diversas em WCs nos diferentes Centros Escolares do Município, nomeadamente: C.E. de Vale de Ílhavo; C.E. da Légua e C.E. da Coutada;
- Reparações diversas em portas e janelas na E.B. 1 da Marinha Velha, bem como reparação de gradeamentos internos que apresentavam falta de segurança;
- Execução de duas passagens pedonais na EB2/3 da Gafanha da Encarnação;
- Reparação do portão de acesso da E.B. 2/3 da Gafanha da Encarnação ao Pavilhão Gimno-Desportivo;
- Reparação de parte do pavimento da cozinha da E.B. 2/3 da Gafanha da Encarnação;
- Reparação do teto do WC feminino no C.E. da Légua e reparação da respetiva iluminação;
- Realização de trabalhos de manutenção nas diversas caldeiras de aquecimento de todos os Centros Escolares, bem como das Escolas Básicas, Jardins de Infância e ATL do Município, no âmbito dos trabalhos de preparação com vista à entrada em funcionamento das mesmas no período de menor temperatura;
- Realização de trabalhos de reparação do sistema de alimentação de água quente do tanque de Hidromassagem da Piscina de Ílhavo;
- Acompanhamento dos trabalhos de reabilitação das bombas de circulação de água quente do tanque principal da Piscina de Ílhavo;
- Realização de trabalhos de manutenção no terraço da Piscina Municipal da Gafanha da Nazaré;
- Acompanhamento da montagem, e respetiva ligação, da nova caixa e do moto-ventilador da extração dos Balneários femininos da Piscina da Gafanha da Nazaré;
- Apoio no transporte e colocação de diversos materiais e equipamentos no novo edifício do Laboratório do Envelhecimento;
- Reparação de infiltrações na cobertura do Edifício da CMI;
- Apoio nas alterações e modificações em gabinetes, realização de trabalhos de pinturas e de reparação dos tetos suspensos em diversos pontos do Edifício da CMI;
- Execução de trabalhos de reabilitação e renovação dos projetores de iluminação integrados nos pilares da Rotunda do Município da Av. 25 Abril;
- Reparação de rotura do tanque da Estátua de Homenagem ao Homem do Mar;
- Execução de trabalhos de reabilitação e renovação dos projetores de iluminação da Fonte de Homenagem ao Homem do Mar;
- Manutenção, recuperação e reabilitação do piso da cozinha dos Armazéns Gerais;
- Renovação e Pintura dos muros dos Armazéns Gerais;
- Substituição de projetores de iluminação em mau estado no edifício dos Armazéns Gerais;
- Início dos trabalhos de reorganização dos diferentes espaços dos vários sectores dos Armazéns Gerais, nomeadamente: Área dos Jardineiros; Oficina de Electricidade, e Armazéns de Materiais Diversos;
- Acompanhamento das ações de Inspeção de Gases Fluorados aos equipamentos frigoríficos do Mercado da Costa Nova;

- Acompanhamento dos trabalhos de manutenção nos equipamentos frigoríficos das Câmaras do Peixe (Máquina do Gelo, Câmara 1, Câmara 2, Câmara de Resíduos e Câmara das Frutas) do Mercado da Costa Nova;
- Trabalhos de manutenção em algumas bancas de peixe do Mercado da Costa Nova;
- Reparação das grelhas de pavimento no Mercado da Costa Nova;
- Acompanhamento dos trabalhos de reparação do tecto da cozinha para cozedura de marisco do Mercado da Costa Nova;
- Trabalhos de limpeza e de lavagem das rampas traseiras dos acessos ao Museu Marítimo de Ílhavo e ao Aquário dos Bacalhaus;
- Acompanhamento dos trabalhos de reparações em diversas eletrobombas do sistema de suporte de vida das espécies existentes no Aquário dos Bacalhaus (Chillers, UTA, escumadores, tanque de salga e restantes equipamentos);
- Substituição dos 2 depósitos de inércia do Sistema de Climatização do Museu Marítimo de Ílhavo, trabalho integrado nas operações de manutenção e reabilitação do referido sistema, nomeadamente com a reparação e recuperação de condutas corroídas;
- Trabalhos de preparação do edifício do Cais Criativo da Costa Nova, nomeadamente pela reparação de zonas do deck danificadas, fixação dos capeamentos dos muretes, remoção de lixo e de graffitis das paredes e reforço da iluminação exterior;
- Realização de trabalhos de reparação na cobertura do café Estádio do Pavilhão Municipal de Ílhavo;
- Apoio com transportes, cargas, descargas e diversas montagens no novo Centro de Religiosidade Marítima
- Acompanhamento dos serviços de reparações no parque automóvel, e restante parque das diferentes máquinas, em particular viaturas ligeiras e pesadas, e ainda máquinas de jardinagem;

Eventos

- Apoio no transporte e nas montagens em vários festivais e outros eventos culturais e desportivos realizados.

8. CENTRO DE RECOLHA OFICIAL DE ANIMAIS DE COMPANHIA DE ÍLHAVO - CROACI

No quadro seguinte resume-se a atividade do CROACI no período em discussão, nomeadamente:

Resumo Mês	Set	Out	Nov	Total (Set-Nov)	Total 2021
Animais recolhidos na Via Pública	8	13	9	30	103
Animais entregues no CROACI	0	3	0	3	30
Animais restituídos ao detentor	2	1	3	6	24
Animais Adotados	3	9	8	20	102
Occisão de Animais	1	1	1	3	7
Animais Esterilizados	18	13	15	46	129
Programa CED - Captura/ Esterilização/ Devolução - gatos	3	12	25	40	71
Vacinados (CVARIE - Campanha Vacinação Antirrábica e Identificação Eletrónica) - cães	46	18	23	87	400
Identificação Eletrónica (CVARIE - Campanha Vacinação Antirrábica e Identificação Eletrónica) - cães	22	5	8	35	162

Ainda no âmbito Veterinário, registam-se as seguintes atividades:

- Colaboração com autoridades (UCC-GNR), concretamente com 2 situações de apreensão de pescado na lota – inspeção de 6435kg de biqueirão e 67kg de sardinha apreendidos por excesso de limite diário de captura/falta de rastreabilidade/falta de documentos de acompanhamento, que foram encaminhados para instituições de solidariedade social após aprovação para consumo humano;
- Vistorias de Insalubridade – participação na comissão de vistorias de insalubridade.

9. INFORMAÇÃO FINANCEIRA

Reporte a 30 de novembro de 2021

Em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, cumpre-nos dar conta dos principais dados financeiros da Câmara Municipal de Ílhavo, reportados a 30 de novembro de 2021, com uma comparação com os dados homólogos de 2020 e 2019, que permita uma análise mais sustentada da evolução ao longo deste período de tempo.

Na presente decomposição pretendemos mostrar uma análise económico-financeira, orçamental e de custos por funções pormenorizada do exercício de 2021, a qual foi elaborada de acordo com os procedimentos estabelecidos no Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro.

Este regime, o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), passou a vigorar, desde o dia 01 de janeiro de 2020, e veio uniformizar os procedimentos entre os diversos setores da administração pública, e que revoga, entre outros diplomas, a quase totalidade do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), promovendo a reforma da gestão pública.

Esta informação financeira, à semelhança do ocorrido em 2020, terá em consideração as equivalências das rubricas que sofreram alterações, por força da aplicação do novo referencial contabilístico.

O Município de Ílhavo cumpre com as regras previsionais na elaboração dos seus documentos previsionais e apresenta já uma razoável percentagem de execução a qual se pretende maximizar até ao final do presente exercício.

9.1 ANÁLISE ORÇAMENTAL

RECEITA

A percentagem de execução da receita cobrada líquida no final do mês de novembro de 2021 é de 77,23% quando o grau de execução nos períodos homólogo de 2019 e 2020, cifravam-se em 76,19% e 71,44%, respetivamente, denotando-se um acréscimo quando comparado com o período homólogo anterior, contribuindo, para o efeito, o aumento registado na rubrica transferências de capital, proveniente da arrecadação de receita respeitante a fundos comunitários, que neste período atingiu cerca 3,4M€, quando em igual período de 2020 esse valor cifrava-se em cerca de 1,4 milhões de euros.

A taxa de execução verificada no final do exercício dos últimos três anos cifrava-se em 2018 com 85,88%, 2019 com 88,76% e em 2020 com 85,65%, tendência essa que este executivo pretende maximizar.

Verifica-se na rubrica rendimentos de propriedade com 84,76%, sendo que nesta se contabiliza a receita proveniente da renda de concessão de iluminação pública assim como o valor referente à prestação semestral referente à cessão de exploração do Museu da Vista Alegre.

Destaca-se ainda uma percentagem de 91,00% na rubrica de taxas, multas e outras penalidades e de 87,36% em transferências correntes, nesta última verifica-se um aumento de arrecadação da receita justificado pelos montantes transferidos no âmbito da transferência de competências na área da educação.

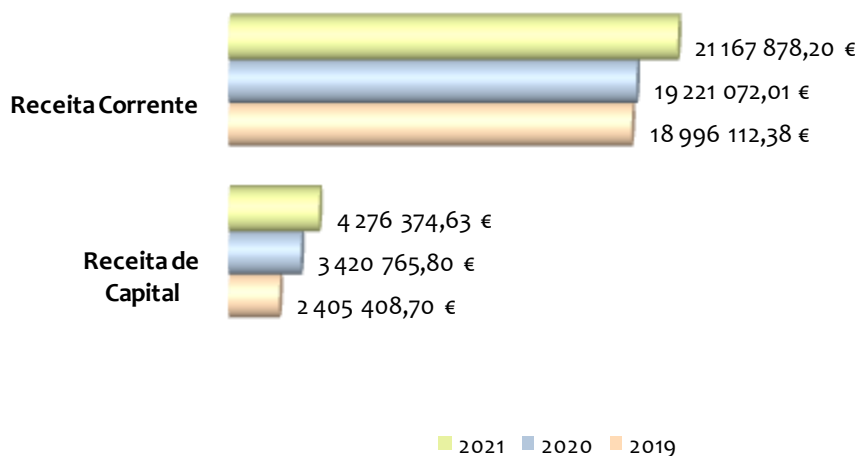
As rubricas de vendas de bens e serviços correntes (85,69%) e de bens de investimento (32,35%), sendo que na primeira os valores mais significativos resultam das receitas provenientes do serviço de captação de água, faturado à AdRA, e pelos valores recebidos desta entidade respeitantes às cobranças de resíduos sólidos urbanos (RSU) e das taxas de gestão de resíduos (TGR), e na segunda rubrica, pelos montantes procedentes da venda de lotes e terrenos.

Verifica-se ainda que a percentagem de execução dos impostos diretos, atingindo os 75,80%, nos quais se enquadra a receita proveniente do IMI, IMT, IUC e derrama.

No entanto, em dezembro, esta percentagem irá aumentar significativamente pela arrecadação de receita do imposto municipal sobre imóveis (IMI), consequência das prestações pagas respeitantes ao período de liquidação de novembro.

Como já referido, com uma percentagem de execução superior, quando comparada com os exercícios anteriores, temos as transferências de capital (59,97%), fruto do valor arrecadado, durante o período em análise, de verbas comunitárias de obras comparticipadas, algumas das quais no âmbito da parceria existente com Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro (CIRA), destacando-se a reabilitação do antigo quartel dos bombeiros, requalificação do espaço urbano central, requalificação do bairro dos pescadores, requalificação dos acessos e zona verde junto ao CIEMAR, beneficiação do Navio Museu Santo André, requalificação do Parque da Malhada, corredores cicláveis, entre outros.

O gráfico infra mostra-nos a evolução das receitas correntes e de capital no final do mês de novembro dos anos de 2019 a 2021:



DESPESA

A percentagem de execução da despesa no final de novembro é de 69,35% (consideram-se aqui os pagamentos e não os compromissos), quando em período homólogo de 2020 era de 61,51% e em 2019 atingiu os 71,67%. Em semelhança à percentagem de execução da receita, verifica-se também do lado da despesa um acréscimo evidente quando comparado com o período anterior.

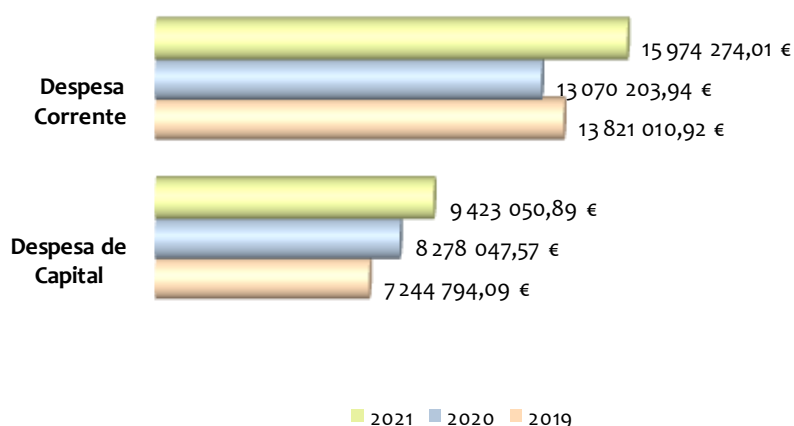
Destacam-se as rubricas despesas com pessoal com 86,42%, aquisição de bens e serviços com 63,58%, transferências correntes e de capital com 49,33% e 91,94%, respetivamente.

Quanto às despesas com o pessoal o aumento verificado, significativamente superior ao valor registado em 2020, deve-se, fundamentalmente, à transferência de competências na área da educação, ficando o município com a responsabilidade desse encargo.

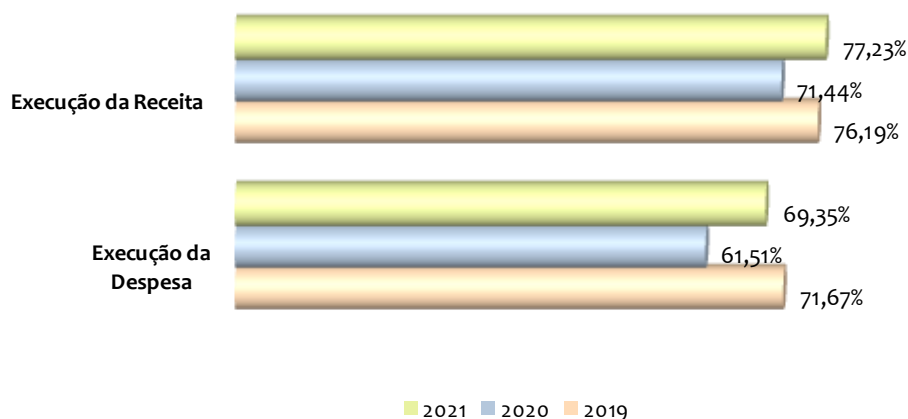
A rubrica aquisição de bens de capital teve um aumento na ordem dos 15%, quando comparado com período correspondente de 2020, a que não é estranho a realização e/ou conclusão de várias obras, sendo que parte importante são comparticipadas por fundos comunitários.

De igual forma, as rubricas juros e outros encargos e passivos financeiros apresentam taxas de execução de 44,99% e 90,71%, nas quais se encontram registadas os encargos com os juros e amortizações de capital de empréstimos bancários, respetivamente. Salienta-se ainda que no decorrer do presente ano foi amortizada a totalidade de um empréstimo concedido pela Caixa Geral de Depósitos e que em 2020 foram amortizados também na sua totalidade três empréstimos bancários, dois ao Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional I.P. (IFDR) e um outro ao Novo Banco.

O gráfico infra mostra-nos a evolução das despesas correntes e de capital no final do mês de novembro dos anos de 2019 a 2021:



Como referido anteriormente, as taxas de execução das receitas e das despesas têm sofrido ligeiras oscilações, com uma tendência homogênea, ao longo do último triénio, conforme demonstramos no gráfico que se segue:



9.2 ANÁLISE FINANCEIRA

RENDIMENTOS

Os rendimentos cifram-se, neste momento, em 20.644.692,70€, comparando-se com os 19.850.959,75€ em 2020 e 18.918.125,59€ em 2019, notando-se um acréscimo quando comparado com o período homólogo de 2020.

Para este aumento, concorreu de forma substancial a rubrica, transferências e subsídios obtidos, apresenta um crescimento em cerca de 1,8 milhões de euros, quando comparado com o período homólogo de 2020, resultado da já referida transferência de competências.

Em sentido inverso, o decréscimo verificado, de 2020 para 2021, na rubrica de vendas e prestações de serviços, resulta da não contabilização do valor de resíduos sólidos urbanos e da taxa de gestão de resíduos respeitante ao período de novembro, cujo montante será comunicado em tempo oportuno pela entidade AdRA, e que ascende, previsivelmente, a 120 mil euros. Para além do referido, nota-se uma diminuição em cerca de 1,1M€ na rubrica de proveitos e ganhos financeiros/extraordinários, relativamente a 2020, justificados, essencialmente, pela arrecadação de receitas procedentes da venda de lotes e terrenos que, em 2020, ascendeu a aproximadamente 600 mil euros e da receita extraordinária consequente da utilização de uma garantia bancária, no valor de 700 mil euros. Todavia, se compararmos o valor registado em 2021 com o período homólogo de 2019, verifica-se que os montantes acumulados se mantiveram praticamente inalterados.

GASTOS

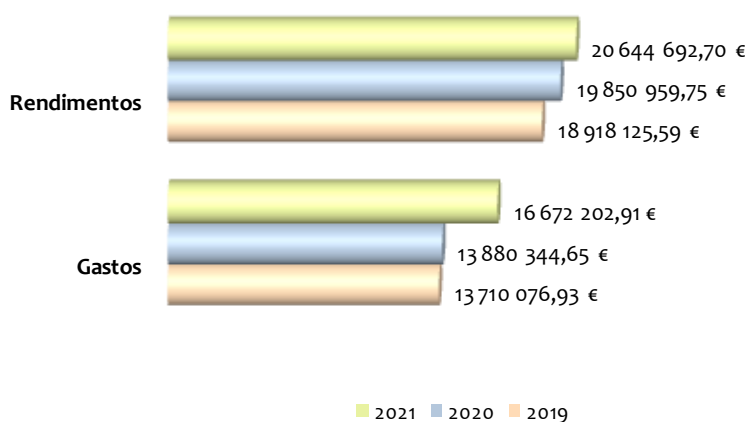
Os gastos apresentam uma flutuação nos valores absolutos em comparação com os dados do exercício anterior, mas com um significativo aumento para 2021, justificada de seguida. A rubrica de fornecimento e serviços externos obteve um acréscimo de 970 mil euros, fruto da retoma de atividades que haviam sido canceladas em 2020 consequência da pandemia COVID-19. Se compararmos a mesma rubrica com os valores acumulados de 2019, essa oscilação é bastante menor.

Contudo, refira-se que pela análise dos montantes registados nos últimos exercícios, particularmente na rubrica mencionada no último parágrafo, onde se encontram incluídas as despesas correntes como a aquisição de bens e serviços, conclui-se que para uma gestão equilibrada, sólida e viável dos recursos da Câmara Municipal torna-se imprescindível afetar a despesa a esta ordem de grandeza, mantendo, no entanto, a preocupação de reduzir custos sempre que tal seja possível sem prejudicar o normal funcionamento dos serviços.

Os encargos com a transferência de competência, o reforço de pessoal, a política de mobilidade entre carreiras, impeliram a uma variação em cerca de 1,5 milhões de euros na rubrica gastos com o pessoal, quando comparada com igual período de 2020.

Quanto às transferências de capital concedidas, o aumento registado resulta, em parte, pelo apoio extraordinário para as obras de reabilitação do exterior da Igreja Matriz de Ílhavo e pelo restauro do espólio religioso que a integrar o Centro para a Valorização e Interpretação da Religiosidade Ligada ao Mar. A acrescer ao referido, as transferências concretizadas para as associações, freguesias e para os bombeiros, até final de novembro, foram superiores em comparação com o mesmo período do exercício antecedente.

Da análise do gráfico que se segue verificamos as flutuações ocorridas, entre 2019 e 2021, no total dos rendimentos e gastos.



ANÁLISE DE CUSTOS POR FUNÇÕES

A contabilidade de custos do município assenta igualmente numa classificação funcional dos mesmos. Assim, pode-se quantificar os objetivos a atingir pela autarquia, nos mais diversos níveis, planificar a sua atividade, conhecer o seu contributo para o desenvolvimento, nas áreas de intervenção e na prossecução das suas atribuições, possibilitando assim obter informação sobre o esforço financeiro desenvolvido nas quatro grandes áreas de intervenção que são: as funções gerais, sociais, económicas e outras funções e na prossecução das suas atribuições.

Podemos destacar, conforme quadro seguinte, cujos valores se encontram agregados por funções, que o peso das funções gerais corresponde a 24,87% do total dos custos, que representam cerca de 3,1 milhões de euros, sendo que este grupo integra, para além de outros, os encargos que contribuem para a melhoria das condições de trabalho e os que respeitam à organização intermunicipal onde se incluem inúmeros projetos com acesso a fundos comunitários. As funções sociais cifram-se aproximadamente em 8,2 milhões de euros, correspondendo a 65,79% dos custos do município. A rubrica dos resíduos sólidos contribuiu com 30,05% do total dos custos desta função, assumindo aproximadamente 2,5 milhões de euros, e a do ensino não superior contribuiu perto de 19%, cerca de 1,5 milhões euros.

Se analisarmos as funções económicas concluímos que representam 635 mil de euros, sendo que a rubrica dos transportes rodoviários absorve uma parte significativa da totalidade das despesas desta função, correspondendo a 508 mil euros.

Por fim, as outras funções, na qual se enquadra os apoios às freguesias, têm um impacto de 4,22% do valor do total dos custos deste município, encontrando-se já executados 524 mil de euros.

Analisando o quadro infra verificamos que o somatório dos custos respeitantes às funções gerais e sociais representam 90,66% dos custos totais.

CUSTOS POR FUNÇÕES – NOVEMBRO						
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	2021		%		
		Dotação Atual (1)	Compromisso (2)	Pagamento (3)	(2/1)	(3/1)
1.	FUNÇÕES GERAIS	4 974 900,00 €	4 512 734,68 €	3 085 974,75 €	0,91 €	0,68 €
1.1.1.	ADMINISTRAÇÃO GERAL	4 695 900,00 €	4 252 379,95 €	2 856 530,21 €	0,91 €	0,67 €
1.2.1.	PROTEÇÃO CIVIL E LUTA CONTRA INCÊNDIOS	279 000,00 €	260 354,73 €	229 444,54 €	0,93 €	0,88 €
2.	FUNÇÕES SOCIAIS	11 984 300,00 €	11 111 037,29 €	8 162 442,68 €	0,93 €	0,73 €
2.1.1.	ENSINO NÃO SUPERIOR	2 398 750,00 €	2 215 074,76 €	1 516 629,35 €	0,92 €	0,68 €
2.2.0.	SERVIÇOS COLETIVOS DE SAÚDE	3 750,00 €	3 290,50 €	3 172,50 €	0,88 €	0,96 €
2.2.1.	SERVIÇOS INDIVIDUAIS DE SAÚDE	65 200,00 €	64 405,94 €	64 405,94 €	0,99 €	1,00 €
2.3.2.	AÇÃO SOCIAL	578 000,00 €	426 381,89 €	358 011,89 €	0,74 €	0,84 €
2.4.1.	HABITAÇÃO	60 000,00 €	43 857,89 €	43 857,89 €	0,73 €	1,00 €
2.4.2.	ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	1 583 000,00 €	1 435 593,73 €	937 794,89 €	0,91 €	0,65 €
2.4.3.	SANEAMENTO	1 169 000,00 €	1 150 337,87 €	592 406,26 €	0,98 €	0,51 €
2.4.4.	ABASTECIMENTO DE ÁGUA	2 000,00 €	787,45 €	787,45 €	0,39 €	1,00 €
2.4.5.	RESÍDUOS SÓLIDOS	2 907 800,00 €	2 905 385,15 €	2 452 428,06 €	1,00 €	0,84 €
2.4.6.	PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE E CONSERVAÇÃO DA NATUREZA	548 000,00 €	504 326,45 €	380 994,84 €	0,92 €	0,76 €
2.5.1.	CULTURA	1 371 800,00 €	1 102 962,78 €	739 316,20 €	0,80 €	0,67 €
2.5.2.	DESPORTO, RECREIO E LAZER	1 074 000,00 €	1 041 455,12 €	871 222,83 €	0,97 €	0,84 €
2.5.3.	OUTRAS ATIVIDADES CÍVICAS E RELIGIOSAS	223 000,00 €	217 177,76 €	201 414,58 €	0,97 €	0,93 €
3.	FUNÇÕES ECONÓMICAS	1 534 300,00 €	1 173 235,55 €	635 140,15 €	0,76 €	0,54 €
3.1.1.	ESTRUTURAS DE APOIO A ATIVIDADES DOS PESCADORES	158 000,00 €	89 063,93 €	8 886,75 €	0,56 €	0,10 €
3.2.1.	ESTABELECEMENTOS INDUSTRIAIS LIGADOS AO ABASTECIMENTO	23 500,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	#DIV/0!
3.3.1.	TRANSPORTES RODOVIÁRIOS	893 000,00 €	764 371,37 €	508 329,16 €	0,86 €	0,67 €
3.4.0.	COMÉRCIO	100 000,00 €	100 000,00 €	5 347,74 €	100,00%	5,35%
3.4.1.	MERCADOS E FEIRAS	26 000,00 €	16 927,44 €	5 595,52 €	0,65 €	0,33 €
3.4.2.	TURISMO	333 800,00 €	202 872,81 €	106 980,98 €	0,61 €	0,53 €
4.	OUTRAS FUNÇÕES	550 000,00 €	550 000,00 €	524 174,00 €	1,00 €	0,95 €
4.2.1.	JUNTAS DE FREGUESIA	550 000,00 €	550 000,00 €	524 174,00 €	1,00 €	0,95 €
TOTAL:		19 043 500,00 €	17 347 007,52 €	12 407 731,58 €	0,91 €	0,72 €

Da análise evolutiva da repartição dos custos pelas funções verificamos um aumento do total dos pagamentos de 2020 para 2021, conforme quadro seguinte.

EVOLUÇÃO E MÉDIA DOS CUSTOS POR FUNÇÕES NO ÚLTIMO BIÉNIO – PAGAMENTO		
	2021	2020
Funções Gerais	3 085 974,75 €	3 721 782,82 €
Funções Sociais	8 162 442,68 €	5 542 029,54 €
Funções Económicas	635 140,15 €	663 193,02 €
Outras Funções	524 174,00 €	473 666,63 €
TOTAL CUSTOS POR FUNÇÕES	12 407 731,58 €	10 400 672,01 €

As funções gerais apresentam um decréscimo em cerca de 17,08% comparativamente com o ano anterior, esta diminuição foi registada na rubrica administração geral que passou de 3,6 milhões euros em 2020 para 2,9 milhões euros em 2021.

Ao analisarmos as funções sociais, que tiveram o acréscimo significativo de custos na ordem de 47%, destacamos os incrementos nas rubricas de serviços individuais de saúde, habitação, ordenamento do território, saneamento, resíduos sólidos, desporto recreio e lazer e outras atividades cívicas e religiosas, face a 2020.

Verifica-se uma ligeira diminuição, na ordem de 4%, registado nas funções económicas, concorrendo para esse facto os pagamentos, no ano transato, respeitantes à função de estabelecimentos industriais ligados ao abastecimento, justificado pela restituição de sinal entregue para aquisição de lotes e serviços de terraplanagem na zona industrial da Mota.

Por fim, as outras funções, com um aumento de cerca de 10,66%, evidenciam os valores liquidados, em 2020 e 2021, no âmbito dos apoios concedidos às freguesias.

DÍVIDA

MAPA DE EVOLUÇÃO DA DÍVIDA POR CURTO E MÉDIO E LONGO PRAZO				
Descrição	2019 (valores acumulados)		2020 (valores acumulados)	2021 (valores acumulados)
	novembro		novembro	novembro
Dívida de Curto Prazo				
Fornecedores	873 943,51		814 962,80	834 857,57
<i>Subtotal Curto Prazo</i>		873 943,51	814 962,80	834 857,57
Dívida de Médio e Longo Prazo				
Empréstimos	6 842 326,27		4 892 025,32	3 318 394,04
<i>Subtotal Médio e Longo Prazo</i>		6 842 326,27	4 892 025,32	3 318 394,04
TOTAL DA DÍVIDA:		7 716 269,78	5 706 988,12	4 153 251,61

MAPA DE EVOLUÇÃO DO SERVIÇO DA DÍVIDA							
Descrição	2019 (valores acumulados)		2020 (valores acumulados)		2021 (valores acumulados)		
	novembro		novembro		novembro		
	Amortizações	Juros	Amortizações	Juros	Amortizações	Juros	
Serviço da Dívida							
Empréstimos	2 520 524,83	53 720,84	1 419 382,29	34 825,74	1 319 995,49	20 298,51	
TOTAL:		2 520 524,83	53 720,84	1 419 382,29	34 825,74	1 319 995,49	20 298,51

Continua-se a verificar um decréscimo no valor da dívida total, filosofia que vamos continuar a pautar na parte respeitante à dívida a fornecedores e iremos refletir sobre a necessidade ou não do recurso a financiamento bancário para fazer face a investimentos que consideramos importantes e que serão realidade já a partir do final deste ano, referindo ainda que, atualmente, o Município de Ílhavo encontra-se excluído da aplicação da denominada Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, por força do cumprimento dos requisitos referidos no n.º 5 do art. 82.º da LOE2018, nomeadamente, de prestação de informação ao Tribunal de Contas e DGAL, bem como com o cumprimento dos limites legais de endividamento previstos no art. 52.º da Lei 73/2013.

A dívida a fornecedores cifra-se em 835 mil euros no final de novembro de 2021, superior em 20 mil euros quando comparado com o período homólogo de 2020, e inferior em cerca de 40 mil euros estabelecendo paralelismo com igual período de 2019.

Iremos manter um curto prazo de pagamento a fornecedores.

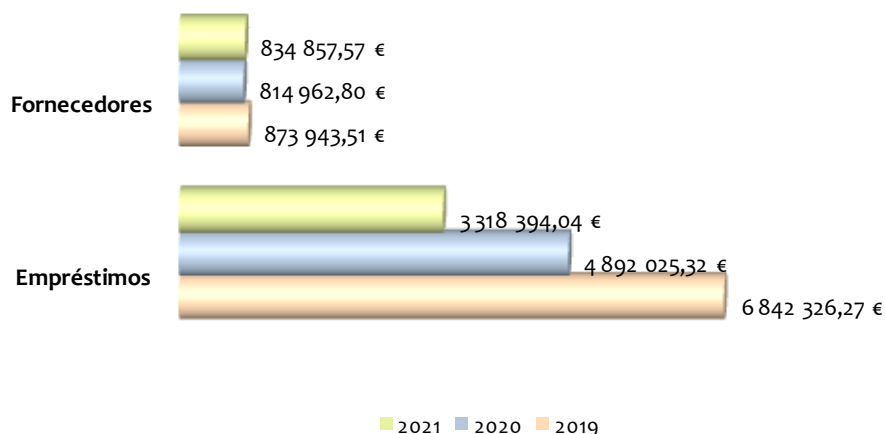
A dívida a entidades bancárias cifra-se no final de novembro em 3.318.394,04€.

Comparando com o exercício de 2020 o valor da dívida a entidades bancárias decresceu em cerca de 1,6M€.

Nesta tipologia de dívida – empréstimos bancários – o Município de Ílhavo vai continuar a cumprir escrupulosamente o serviço da dívida e consequentemente a amortizar o capital em dívida, que durante o presente ano se prevê atingir 1,5M€, estimando-se para o final de 2021 em 3,1M€ o seu valor, tal como referido em informações anteriores.

Assim, a dívida total do Município a fornecedores e entidades bancárias é de 4,2M€ em 2021, contra 5,7M€ em 2020 e 7,7M€ em 2019. De outra forma podemos dizer que o Município reduziu em cerca de 1,5M€ a sua dívida total entre novembro de 2020 com o período homólogo de 2021.

Pela análise do gráfico infra verificamos a oscilação registada na rubrica de fornecedores, que demonstra uma ligeira flutuação em paralelismo com os exercícios anteriores, bem como no contínuo decréscimo da rubrica de empréstimos, ao longo dos últimos anos.



EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL

O regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, publicado através da Lei no 73/2013, de 3 de setembro, no seu artigo 40.º, determina ainda que as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes, acrescidas das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo.

Assim, e aliado ao bom desempenho financeiro do Município de Ílhavo evidenciado pela poupança corrente no exercício de 2020, no valor de 8,7 milhões de euros, destaca-se ainda no final do ano referido a margem de 7,2 milhões de euros obtidos através do apuramento do saldo corrente deduzido das amortizações dos empréstimos de médio e longo prazo.

EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL - NOS TERMOS DA LEI 73/2013

RUBRICAS	VALOR
Receitas Correntes Cobradas Brutas	23 861 724,67 €
Despesas Correntes Pagas	15 156 411,09 €
Saldo Corrente	8 705 313,58 €
Amortização Média dos EMLP	1 518 718,85 €
SALDO DE EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL	7 186 594,73 €

O excedente verificado permite potenciar o investimento a realizar pelo município e o apoio ao tecido associativo numa lógica de equilíbrio orçamental e equidade das gerações futuras, princípios fundamentais que devem regular a atividade financeira das autarquias.

OUTROS INDICADORES

O Município de Ílhavo tem participações sociais no capital de quatro entidades (AdRA, PCI, Municípa e AdCL).

Encontra-se de igual forma registado nesta rubrica o montante de 743.593,50€, cujo valor foi revisto de acordo com o artigo n.º 303 da Lei 114/2017 (OE2018), de 29 de dezembro, e que corresponde à contribuição do Município no âmbito da realização do capital social do Fundo de Apoio Municipal (FAM), já totalmente realizado.

Sem prejuízo do acima referido, o município participa ainda num conjunto vasto de Associações e Entidades, pagando, em regra, a quota anual.

Nos termos da Lei 73/2013, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais, e de acordo com o artigo 52.º, a dívida total de operações orçamentais do Município não pode ultrapassar em 31 de dezembro de cada ano 1,5 vezes a receita corrente líquida cobrada nos três últimos exercícios.

Ora, os valores indicam que, no final do exercício de 2021, a dívida total de operações orçamentais do Município, à semelhança do ano de 2020, é significativamente inferior à média das receitas correntes dos últimos três anos, prevendo-se manter num resultado próximo de $\frac{1}{4}$ do limite legal, o que se traduz num excelente indicador.

À semelhança do ocorrido nos últimos exercícios, este executivo pretende que a execução da sua receita ultrapasse se aproxime dos 100% ao longo deste mandato, para que os seus documentos previsionais espelhem de forma mais fiel a sua realidade.

Em 2020, como referido acima, foi de 85,65%.

De acordo com a Lei n.º 8/2012, e à semelhança de exercícios anteriores, a Câmara Municipal de Ílhavo não apresenta pagamentos em atraso, isto é, não tem contas a pagar que permaneçam nessa situação mais de 90 dias posteriormente à data de vencimento acordada ou especificada na fatura, contrato, ou em documentos equivalentes.

10. PROCESSOS JUDICIAIS PENDENTES

Processo Judiciais a 09.12.2021

1. Processo n.º 946/11.0BEAVR – Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro

Autor	<i>J. Gomes - Sociedade de Construções do Cávado, S.A. Alexandre Barbosa Borges, S.A.</i>
Réu	<i>Município de Ílhavo</i>

A. DESCRIÇÃO DO LITÍGIO

Na presente ação os autores, na qualidade de consórcio construtor do Centro Cultural de Ílhavo, peticionam ao Município de Ílhavo uma indemnização correspondente a:

- Arquitetura de cena, por alegadamente o Município de Ílhavo ter rejeitado o material proposto por aquelas entidades, os quais detinham a qualidade, dimensões, formas e demais características definidas nas peças patenteadas a concurso, tendo uma solução mais cara, justificada apenas pela exigência de uma determinada marca do equipamento, no valor de €712.506,54.
- Sistema de gestão de ingressos e vídeo vigilância no parque de estacionamento, alegadamente não previsto no caderno de encargos, tendo o Município de Ílhavo obrigado à sua colocação, no valor de €83.190,00.
- Reequilíbrio contratual, no valor de €675.350,76, em virtude da prorrogação de prazo de execução da empreitada;
- Juros vencidos até à data da propositura da ação, no valor calculado de €559.857,90 assim como os que se vencerem e vierem a vencer até efetivo e integral pagamento da indemnização que (e se) vier a ser arbitrada.

B. VALOR DA AÇÃO

€2.030.905,20 (*dois milhões, trinta mil e novecentos cinco euros e vinte cêntimos*)

C. FASE PROCESSUAL DA AÇÃO

Aguarda-se o decretamento da sentença.

D. EVENTUAL EXISTÊNCIA DE COBERTURA DE SEGURO OU DE OUTROS MECANISMOS SUSCETÍVEIS DE TRANSFERÊNCIA DE RESPONSABILIDADE E/OU DIREITO DE REGRESSO SOBRE TERCEIRO

Inexistem seguros ou outros mecanismos legais suscetíveis de transferir responsabilidade ou requerer o direito de regresso sobre terceiros.

E. PARECER QUANTO À ESTIMATIVA DE RESPONSABILIDADES (INCLUINDO CUSTAS JUDICIAIS E OUTROS ENCARGOS)

Não nos pronunciaremos sobre a taxa de (in)sucesso do presente processo considerando a fase processual em que o mesmo se encontra.

2. *Processo n.º 690/15.0BEAVR – Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro*

Autor	<i>Herança aberta por óbito de Paulo Seabra Ferreira da Fonseca Maria Celeste de Oliveira Salgueiro Seabra Fonseca</i>
Réu	<i>Município de Ílhavo</i>

A. DESCRIÇÃO DO LITÍGIO

Na presente ação os autores peticionam que seja declarada a nulidade dos atos administrativos consubstanciados:

- na deliberação da Câmara Municipal de Ílhavo, de 04.03.2015, que deliberou por unanimidade ratificar a decisão do Presidente da Câmara de proceder à adjudicação definitiva à sociedade José António Parente, Lda., da empreitada de requalificação do mercado da Barra;
- deliberação da Câmara Municipal de Ílhavo, de 07.01.2015, que autorizou a despesa inerente àquele contrato de empreitada daquela obra e a realização do respetivo procedimento de contratação;
- deliberação da Câmara Municipal de Ílhavo, de 18.03.2015, que ratificou o despacho da Câmara de aprovação do referido contrato de empreitada.

E por via disso:

- ser o Município de Ílhavo condenado a demolir, a expensas suas, e em prazo não superior a 90 dias, toda a obra que edificou na Rua do Mercado e,
- a deixar este arruamento integralmente desembaraçado para o trânsito automóvel e de peões ou, subsidiariamente, condenar-se o Município de Ílhavo a, em igual prazo, repor o Mercado da Barra e a Rua do Mercado no estado em que se encontravam antes do início da obra.

B. VALOR DA AÇÃO

€30.000,01 (trinta mil euros e um cêntimo)

C. FASE PROCESSUAL DA AÇÃO

Proferido despacho saneador, o Tribunal concluiu que, atenta as causas de pedir, tal como formuladas, e os pedidos tal como formulados (e atenta a sua relação de dependência), não carecem os Autores de tutela judiciária, no âmbito da presente ação administrativa especial e que não poderá convidar ao aperfeiçoamento da petição inicial, uma vez que segundo o entendimento expressado tal possibilidade inexistente, uma vez que a petição inicial carece de profundas alterações, nomeadamente, no que respeita à causas de pedir e aos pedidos atendendo, desde logo à questão que se coloca da competência do Tribunal, sob pena de se substituir no exercício do impulso processual e na formulação do pedido, os quais cabem em exclusivo aos Autores.

Entretanto o processo foi remetido do Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro para os juízos de competência especializada do Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto coma criação legal deste juízo.

D. EVENTUAL EXISTÊNCIA DE COBERTURA DE SEGURO OU DE OUTROS MECANISMOS SUSCETÍVEIS DE TRANSFERÊNCIA DE RESPONSABILIDADE E/OU DIREITO DE REGRESSO SOBRE TERCEIRO

Não existe.

E. PARECER QUANTO À ESTIMATIVA DE RESPONSABILIDADES (INCLUINDO CUSTAS JUDICIAIS E OUTROS ENCARGOS)

Se o Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto manter a posição sufragada no despacho saneador proferido pelo Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro a sentença será favorável ao Município.

3. Processo número 756/15.6BEAVR - Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro

Autor	<i>Carlos Alberto da Fonseca do Céu</i> <i>Maria Deolinda Fernandes Ribeiro</i>
Réu	<i>Município de Ílhavo</i> <i>Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro</i>

A. DESCRIÇÃO DO LITÍGIO

Na presente ação os autores vieram impugnar uma alegada “ordem dada pela autoridade(s) administrativa(s) – de demolição das construções implantadas e reposição do terreno na situação anterior à prática da infração”, alegadamente vertida num despacho do senhor Presidente da Câmara de Ílhavo, datado de 04.MAR.2015 e referente a construções edificadas no chamado Caminho do Praião, na Gafanha da Encarnação.

B. VALOR DA AÇÃO

€30.000,01 (trinta mil euros e um cêntimo)

C. FASE PROCESSUAL DA AÇÃO

Contestada a ação, aguarda-se o agendamento da audiência prévia.

D. EVENTUAL EXISTÊNCIA DE COBERTURA DE SEGURO OU DE OUTROS MECANISMOS SUSCETÍVEIS DE TRANSFERÊNCIA DE RESPONSABILIDADE E/OU DIREITO DE REGRESSO SOBRE TERCEIRO

Inexistem.

E. PARECER QUANTO À ESTIMATIVA DE RESPONSABILIDADES (INCLUINDO CUSTAS JUDICIAIS E OUTROS ENCARGOS)

Somos do parecer de ser bastante ténue a probabilidade de sucesso da pretensão dos autores.

4. Processo número 44/15.8T9AVR-Departamento de Investigação e Ação Penal

Arguida	<i>Natália Teixeira Garcia</i>
Ofendido	<i>Município de Ílhavo</i>

A. DESCRIÇÃO DO LITÍGIO

O Ministério Público deduziu acusação, para julgamento em processo comum e perante Tribunal Coletivo, contra a agente de execução nomeada/indicada no processo n.º 446/14.7T2OVR, que correu termos no Juízo de Execução de Ovar, no qual o Município de Ílhavo foi executado e exequente a sociedade Nolasco & Coelho, Lda. No despacho de acusação é imputada à arguida, no exercício dessa função, ter retido, injustificadamente, ao Município a quantia de €79.041,21, quantia que se terá apoderado em proveito próprio, a título de dolo, praticando um crime de peculato, previsto e punido pelo n.º 1 do artigo 357.º do Código Penal e pelas alíneas a) b) e c) do n.º 1 do artigo 66.º e artigo 67.º do referido diploma.

B. VALOR DA AÇÃO

Não aplicado em processo penal.

C. POSIÇÃO PROCESSUAL DA AÇÃO

O Município de Ílhavo foi notificado do despacho de acusação encontrando-se a correr prazo para a arguida, querendo, requerer a abertura de instrução, assim como requereu a sua constituição como assistente.

D. EVENTUAL EXISTÊNCIA DE COBERTURA DE SEGURO OU DE OUTROS MECANISMOS SUSCETÍVEIS DE TRANSFERÊNCIA DE RESPONSABILIDADE E/OU DIREITO DE REGRESSO SOBRE TERCEIRO

Não aplicável.

E. PARECER QUANTO À ESTIMATIVA DE RESPONSABILIDADES (INCLUINDO CUSTAS JUDICIAIS E OUTROS ENCARGOS)

Inexistente.

5. *Processo n.º 989/15.5BEAVR - Tribunal Central Administrativo do Norte*

Autor	<i>Massa Insolvente de Casa Própria Lda.</i>
Réu	<i>Município de Ílhavo</i>

A. DESCRIÇÃO DO LITÍGIO

Na presente ação veio a autora reclamar do Município de Ílhavo uma indemnização no montante de €768.876,84, acrescida de juros à taxa legal desde a data da citação da petição inicial até ao efetivo e integral pagamento, emergente do lucro que terá perdido por, alegadamente, culpa do Município de Ílhavo, a sociedade insolvente, cuja massa representa, não ter edificado, quando pretendia, um determinado prédio destinado a habitação coletiva, na Praia da Barra.

B. VALOR DA AÇÃO

€768.876,84 (setecentos e sessenta oito mil, oitocentos e setenta e seis mil euros e oitenta e quatro cêntimos)

C. FASE PROCESSUAL DA AÇÃO

Foi já proferida sentença que absolveu o Município de Ílhavo dos pedidos formulados pela autora, tendo sido interposto recurso para o Tribunal Central Administrativo do Norte.

D. EVENTUAL EXISTÊNCIA DE COBERTURA DE SEGURO OU DE OUTROS MECANISMOS SUSCETÍVEIS DE TRANSFERÊNCIA DE RESPONSABILIDADE E/OU DIREITO DE REGRESSO SOBRE TERCEIRO

Inexiste.

E. PARECER QUANTO À ESTIMATIVA DE RESPONSABILIDADES (INCLUINDO CUSTAS JUDICIAIS E OUTROS ENCARGOS)

Não é possível emitir um juízo quanto à decisão ao acórdão a vir a ser proferido pelo Tribunal Central Administrativo do Norte.

6. Processo número 5/16.0 BEAVR - Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro

Autor	<i>José Mário Ferreira Santos</i>
Réu	<i>Município de Ílhavo</i>
Intervenientes	<i>Direção Regional da Agricultura e Pescas do Centro Junta de Freguesia da Gafanha da Nazaré Junta de Freguesia da Gafanha da Encarnação Infraestruturas de Portugal, S.A. Caravela-Companhia de Seguro, S.A.</i>

A. DESCRIÇÃO DO LITÍGIO

Na presente ação vem o autor alegar que no dia 15 de dezembro de 2014, pelas 09 horas, na Rua da CERCIÁV, sita na freguesia da Gafanha da Nazaré, quando conduzia o seu veículo ciclomotor, subitamente, embateu num buraco ali localizado. Não obstante inexistir qualquer sinalização de obra e muito menos qualquer sinal que alertasse os utentes da via para a perigosidade das condições da mesma, atribui a responsabilidade pela produção dos danos sofridos com o citado acidente ao Município de Ílhavo e às Juntas de Freguesia da Gafanha da Nazaré e da Encarnação, por não conseguir determinar quem é o responsável pela conservação daquela via.

Assim, o objeto do litígio reconduz-se ao apuramento da responsabilidade civil extracontratual pelos danos decorrentes do acidente de viação.

B. VALOR DA AÇÃO

€195.597,70 (cento e noventa e cinco mil, quinhentos e noventa e sete euros e setenta cêntimos) [€160.000,00 a título de indemnização pela incapacidade física + €14.000,00 pela perda de rendimentos + €267,00€ pela reparação do veículo]

C. FASE PROCESSUAL DA AÇÃO

Proferido despacho saneador, aguarda-se a designação de data para o início da audiência de discussão e julgamento.

D. EVENTUAL EXISTÊNCIA DE COBERTURA DE SEGURO OU DE OUTROS MECANISMOS SUSCETÍVEIS DE TRANSFERÊNCIA DE RESPONSABILIDADE E/OU DIREITO DE REGRESSO SOBRE TERCEIRO

A (eventual) responsabilidade do Município de Ílhavo encontra-se transferida para a Companhia de Seguros Caravela.

E. PARECER QUANTO À ESTIMATIVA DE RESPONSABILIDADES (INCLUINDO CUSTAS JUDICIAIS E OUTROS ENCARGOS)

Escassa para o Município, já que se encontra limitada ao valor da franquia do seguro (€250,00).

7. Processo número 740/16.2BEAVR - Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro

Autor	<i>Maria da Guia Ferreira de Matos Portugal</i>
Réu	<i>Município de Ílhavo</i>

A. DESCRIÇÃO DO LITÍGIO

Na presente ação a autora vem invocar o pagamento da quantia de €9.835,78, a título de danos patrimoniais e não patrimoniais, decorrente de uma queda ocorrida na Piscina Municipal de Ílhavo.

B. VALOR DA AÇÃO

€9.835,78 (nove mil, oitocentos e trinta e cinco euros e setenta e oito cêntimos)

C. FASE PROCESSUAL DA AÇÃO

Por sentença, o Município de Ílhavo foi absolvido do pedido da autora, encontrando-se a correr prazo para, querendo, a autora interpor recurso.

D. EVENTUAL EXISTÊNCIA DE COBERTURA DE SEGURO OU DE OUTROS MECANISMOS SUSCETÍVEIS DE TRANSFERÊNCIA DE RESPONSABILIDADE E/OU DIREITO DE REGRESSO SOBRE TERCEIRO

Inexiste.

E. PARECER QUANTO À ESTIMATIVA DE RESPONSABILIDADES (INCLUINDO CUSTAS JUDICIAIS E OUTROS ENCARGOS)

É muito improvável o sucesso da autora, em caso de interposição de recurso.

8. Processo número 424/17.4 BEAVR-Tribunal Administrativo de Aveiro

Autor	<i>Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local</i>
Réu	<i>Município de Ílhavo</i>

A. DESCRIÇÃO DO LITÍGIO

Na presente ação veio o trabalhador, através do Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e Regional [STAL] peticionar a anulação do ato praticado pelo Presidente da Câmara Municipal de Ílhavo, em 17.JAN.2017, que lhe indeferiu o pedido de mudança de posição remuneratória que havia formulado em 16.MAR.2016, assim como o posicionamento do seu associado na 7ª posição remuneratória, nível 7, da categoria de assistente técnico, da carreira de

assistente técnico (€789,54) e o pagamento das diferenças salariais em dívida, e juros de mora, que à data da propositura da ação eram as seguintes:

Ano	Valores
2010	€1.009,12
2011	€1.009,12
2012	€1.009,12
2013	€1.009,12
2014	€1.009,12
2015	€1.009,12
2016	€1.009,12
2017	€288,32

B. VALOR DA AÇÃO

€7.352,16€ (sete mil, trezentos e cinquenta e dois euros e dezasseis cêntimos)

C. FASE PROCESSUAL DA AÇÃO

Dispensada a realização da audiência prévia, aguarda-se a notificação do despacho saneador com sentença, uma vez que o Tribunal, através de despacho, notificou as partes nesse sentido.

D. EVENTUAL EXISTÊNCIA DE COBERTURA DE SEGURO OU DE OUTROS MECANISMOS SUSCETÍVEIS DE TRANSFERÊNCIA DE RESPONSABILIDADE E/OU DIREITO DE REGRESSO SOBRE TERCEIRO

Inexistem.

E. PARECER QUANTO À ESTIMATIVA DE RESPONSABILIDADES (INCLUINDO CUSTAS JUDICIAIS E OUTROS ENCARGOS)

É muito diminuta a probabilidade de procedência da ação.

9. Processo número 34/17.4 BEAVR-Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro

Autor	<i>Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local</i>
Réu	<i>AdRA – Águas da Região de Aveiro, S.A.</i>
Interveniente	<i>Município de Ílhavo</i>

A. DESCRIÇÃO DO LITÍGIO

Na presente ação veio o trabalhador, através do Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e Regional [STAL] peticionar ação administrativa de condenação ao reconhecimento do direito dos trabalhadores Aníbal Lopes, António Silva, Júlio Fernandes e Sérgio Barbosa, a remuneração superior com o consequente pagamento das diferenças salariais.

B. VALOR DA AÇÃO

€16.000,00 (dezasseis mil euros)

C. FASE PROCESSUAL DA AÇÃO

Decorre o prazo para o Município de Ílhavo apresentar contestação.

D. EVENTUAL EXISTÊNCIA DE COBERTURA DE SEGURO OU DE OUTROS MECANISMOS SUSCETÍVEIS DE TRANSFERÊNCIA DE RESPONSABILIDADE E/OU DIREITO DE REGRESSO SOBRE TERCEIRO

Inexistem.

E. PARECER QUANTO À ESTIMATIVA DE RESPONSABILIDADES (INCLUINDO CUSTAS JUDICIAIS E OUTROS ENCARGOS)

Na fase processual em que nos encontramos, na defesa dos interesses jurídicos do Município, por ora, não nos pronunciaremos.

10. Processo número 984/17.4 BEAVR-Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro

Autor	<i>Pascoal dos Reis Seavedra</i>
Réu	<i>AdRA</i>
Chamado	<i>Município de Ílhavo</i>

A. DESCRIÇÃO DO LITÍGIO

Na presente ação veio o autor alegar que no dia 02 de dezembro de 2014, pelas 21 horas e 50 minutos, na Rua São Cristóvão, sita na freguesia da Gafanha da Nazaré, conduzia o seu veículo automóvel, no sentido Sul – Norte, quando, subitamente, embateu numa tampa de saneamento que se encontrava elevada em face do restante piso devido a intervenções encetadas ao nível do saneamento da qual a via estava a ser alvo. Não existindo naquele local qualquer sinalização de obra e, muito menos, qualquer sinal que alertasse os automobilistas para a perigosidade das condições da via durante a intervenção em apreço, pelo que imputa como causa para a responsabilidade pela produção dos danos sofridos à AdRA que estava a executar a obra e, subsidiariamente, ao Município de Ílhavo na qualidade de dono da mesma.

B. VALOR DA AÇÃO

€28.031,64 (vinte e oito mil e trinta e um euros e sessenta e quatro cêntimos) [€4.856,64 € a título de indemnização pelos danos ocorridos na viatura + €22.175,00 pelo dano da privação do uso do veículo + €1.000,00 pelos danos não patrimoniais]

C. FASE PROCESSUAL DA AÇÃO

Aguarda-se a designação de data para a realização da audiência prévia.

D. EVENTUAL EXISTÊNCIA DE COBERTURA DE SEGURO OU DE OUTROS MECANISMOS SUSCETÍVEIS DE TRANSFERÊNCIA DE RESPONSABILIDADE E/OU DIREITO DE REGRESSO SOBRE TERCEIRO

A (eventual) responsabilidade do Município de Ílhavo encontra-se transferida para a Companhia de Seguros Caravela.

E. PARECER QUANTO À ESTIMATIVA DE RESPONSABILIDADES (INCLUINDO CUSTAS JUDICIAIS E OUTROS ENCARGOS)

Em caso de condenação limitada ao valor da franquia do seguro. (€250,00)

11. Processo número 1194/18.4BEAVR-Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto

Autor	<i>Alexandre Barbosa Borges, S.A.</i>
Réu	<i>Município de Ílhavo</i>

A. DESCRIÇÃO DO LITÍGIO

Pela presente ação veio a autora peticionar que seja reconhecida a prorrogação legal do prazo da empreitada, do anteriormente designado Centro Cultural da Gafanha da Nazaré, por 9 (nove) meses, e em virtude desse facto, o Município de Ílhavo condenado a pagar à autora a quantia de €513.783,29 (quinhentos e treze mil, setecentos e oitenta e três euros e vinte e nove cêntimos), a título de sobrecustos suportados com a execução do contrato, acrescida de juros à taxa legal aplicável aos créditos de que são titulares as empresas comerciais, vencidos e vincendos até efetivo e integral pagamento.

B. VALOR DA AÇÃO

€543.048,24 (quinhentos e quarenta e três mil e quarenta e oito euros e vinte e quatro cêntimos) [Valor ação €513.783,29 + pedido reconvenicional €29.264,95]

C. FASE PROCESSUAL DA AÇÃO

Aguarda-se a designação de data para a realização da audiência prévia.

D. EVENTUAL EXISTÊNCIA DE COBERTURA DE SEGURO OU DE OUTROS MECANISMOS SUSCETÍVEIS DE TRANSFERÊNCIA DE RESPONSABILIDADE E/OU DIREITO DE REGRESSO SOBRE TERCEIRO

Inexiste.

E. PARECER QUANTO À ESTIMATIVA DE RESPONSABILIDADES (INCLUINDO CUSTAS JUDICIAIS E OUTROS ENCARGOS)

Impossível estimar as probabilidades de sucesso da pretensão da autora.

12. Processo número 538/20.3BEAVR - Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro

Autor	<i>Município de Ílhavo</i>
Réu	<i>Eugénia Maria Gonçalves Gomes</i>

A. DESCRIÇÃO DO LITÍGIO

Na presente ação o Município de Ílhavo vem requerer ao Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro que seja judicialmente decretada a ilicitude da extinção do vínculo com justa causa operada, por declaração, pela trabalhadora Eugénia Gomes.

O objeto do litígio consiste em aferir da ilicitude da declaração da ré de extinção do vínculo de emprego público com justa causa e da eventual obrigação da ré indemnizar o autor pelos prejuízos causados com essa ação, em montante calculado, nos termos do previsto pelo artigo 306.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, no montante de €33.604,48.

A ré apresentou pedido reconvenicional, admitido nos autos, no qual reclama o direito de crédito sobre o autor Município de Ílhavo, nos seguintes termos: a título de indemnização pela extinção do vínculo com justa causa o montante de €43.431,52; a título de danos não patrimoniais, o montante de €50.000,00.

B. VALOR DA AÇÃO

€127.036,00 (cento e vinte e sete mil e trinta e seis euros) [Valor peticionado €33.604,48 + valor reconvenicional €83.431,52]

C. FASE PROCESSUAL DA AÇÃO

Notificadas as partes do despacho saneador aguarda-se o agendamento da data para a realização da audiência de discussão e julgamento.

D. EVENTUAL EXISTÊNCIA DE COBERTURA DE SEGURO OU DE OUTROS MECANISMOS SUSCETÍVEIS DE TRANSFERÊNCIA DE RESPONSABILIDADE E/OU DIREITO DE REGRESSO SOBRE TERCEIRO

Inexistem seguros ou outros mecanismos suscetíveis de transferir a responsabilidade a terceiros.

E. PARECER QUANTO À ESTIMATIVA DE RESPONSABILIDADES (INCLUINDO CUSTAS JUDICIAIS E OUTROS ENCARGOS)

Os correspondentes à indemnização devida por despedimento com justa causa da trabalhadora (€43.431,52) e a indemnização por danos não patrimoniais peticionada (€50.000,00), no caso de ambos os pedidos reconvenicionais procederem.

13. Processo nº 2198/20.4BEPRT – Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto

Autor	<i>Illipark – Parques de Estacionamento, Lda.</i>
Réu	<i>Município de Ílhavo</i>

A. DESCRIÇÃO DO LITÍGIO

Na presente ação a autora vem invocar o facto de no âmbito do contrato de construção e exploração do Centro Cultural de Ílhavo [CCI] lhe ter sido garantido um determinado número de lugares de estacionamento para explorar, quer dentro do parque de estacionamento do CCI, quer no parque à superfície, designadamente, na Avenida 25 de abril, número esse que não corresponde ao que veio, efetivamente, a ser disponibilizado.

Invoca, ainda, o facto de o Município de Ílhavo não ter assegurado a fiscalização dos parcometros, competência que lhe imputa, pelo que considerando ser a receita de estacionamento no exterior perto de €0,00, deter a legitimidade para requerer o (re)equilíbrio financeiro do contrato petitionado através de uma indemnização correspondente a €4.175.908,55 (quatro milhões, cento e setenta e cinco mil, novecentos e oito euros e cinquenta e cinco cêntimos).

B. VALOR DA AÇÃO

€4.773.569,60 (quatro milhões, setecentos e setenta e três mil, quinhentos e sessenta e nove euros e sessenta cêntimos) [€4.175.908,55 (valor petitionado) + 597.661,05€ (valor reconvençional)]

C. FASE PROCESSUAL DA AÇÃO

Foi apresentada Réplica pela Autora ao pedido reconvençional apresentado pelo Município de Ílhavo, aguardando-se a designação de agendamento para a realização da audiência prévia.

D. EVENTUAL EXISTÊNCIA DE COBERTURA DE SEGURO OU DE OUTROS MECANISMOS SUSCETÍVEIS DE TRANSFERÊNCIA DE RESPONSABILIDADE E/OU DIREITO DE REGRESSO SOBRE TERCEIRO.

Inexiste.

E. PARECER QUANTO À ESTIMATIVA DE RESPONSABILIDADES (INCLUINDO CUSTAS JUDICIAIS E OUTROS ENCARGOS)

Impossível estimar as probabilidades de sucesso da pretensão da autora.

14. Processo número 55/21.4 BEAVR-Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro

Autor	<i>Luís António Castro Almeida</i>
Réu	<i>Câmara Municipal de Ílhavo</i>
Réu	<i>AON Portugal, S.A.</i>
Interveniente	<i>Município de Ílhavo</i>

A. DESCRIÇÃO DO LITÍGIO

Na presente ação veio o autor peticionar ação administrativa de responsabilidade civil alegando que no dia 15 de dezembro de 2019, quando se dirigia para a sua embarcação, amarrada no cais dos pescadores da Costa Nova, caiu no final da rampa de acesso ao cais, após escorregar, colocando o pé num dos buracos que ali se apresentavam, na rampa de acesso, provocando-lhe lesões.

Imputa à Câmara Municipal de Ílhavo nunca ter cuidado, conservado e reparado aquele local, peticionando a quantia indemnizatória a título de danos patrimoniais de €185,00 (cento e oitenta e cinco euros), a título de lucro cessante de €9.750,00 (nove mil, setecentos e cinquenta euros), a título de danos não patrimoniais de €10.000,00 (dez mil euros) e a título de compensação por auxílio de terceira pessoa de €1.000,00 (mil euros).

B. VALOR DA AÇÃO

€20.935,00 (vinte mil, novecentos e trinta e cinco euros)

C. FASE PROCESSUAL DA AÇÃO

O Município de Ílhavo apresentou contestação aguardando-se a designação de data para a realização da audiência prévia.

D. EVENTUAL EXISTÊNCIA DE COBERTURA DE SEGURO OU DE OUTROS MECANISMOS SUSCETÍVEIS DE TRANSFERÊNCIA DE RESPONSABILIDADE E/OU DIREITO DE REGRESSO SOBRE TERCEIRO

Foi requerida a intervenção acessória da Caravela - Companhia de Seguros, S.A., aguardando-se despacho judicial sobre este chamamento.

E. PARECER QUANTO À ESTIMATIVA DE RESPONSABILIDADES (INCLUINDO CUSTAS JUDICIAIS E OUTROS ENCARGOS)

Posição dependente do despacho judicial que venha a ser proferido relativamente ao chamamento da companhia de seguros.

15. *Processos números 419/21.3BEAVR, 423/21.1BEAVR e 424/21.0 BEAVR Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro*

Autor	<i>AISI - Aços Inoxidáveis do Centro Lda.</i>
Réu	<i>Município de Ílhavo</i>

A. DESCRIÇÃO DO(S) LITÍGIO(S)

Nos processos supra identificados a requerente intenta ação administrativa de intimação para prestação de informações requerendo informações e certidões sobre lotes da Zona Industrial da Mota e/ou construções ali edificadas e tituladas por terceiros.

B. VALOR DAS AÇÕES

€5.000,01(cinco mil euros e um cêntimo) [cada uma]

C. FASE PROCESSUAL DAS AÇÕES

O Município de Ílhavo continua a fornecer à autora todas as informações que detém e esta pretende, não obstante parte de a informação requerida ser impossível de ser prestada considerando que as datas de alguns documentos requeridos não constam do acervo documental da Câmara Municipal, e, em alguns casos, os mesmos nem sequer foram produzidos.

D. EVENTUAL EXISTÊNCIA DE COBERTURA DE SEGURO OU DE OUTROS MECANISMOS SUSCETÍVEIS DE TRANSFERÊNCIA DE RESPONSABILIDADE E/OU DIREITO DE REGRESSO SOBRE TERCEIRO

Inexistem.

E. PARECER QUANTO À ESTIMATIVA DE RESPONSABILIDADES (INCLUINDO CUSTAS JUDICIAIS E OUTROS ENCARGOS)

As responsabilidades que possam advir dos presentes processos recaem, nos temos legalmente previstos, única e exclusivamente, sobre o titular do órgão Câmara Municipal em exercício de funções, Eng.º João António Filipe Campolargo.

16. Processo número 475/21.0BEAVR-Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro

Autor	<i>AISI - Aços Inoxidáveis do Centro, Lda.</i>
Réu	<i>Município de Ílhavo</i>

A. DESCRIÇÃO DO LITÍGIO

No presente processo a autora intentou ação administrativa de intimação para prestação de informações requerendo as atas das reuniões da Câmara Municipal (sem as identificar) nas quais constem deliberações relativas à sociedade “RIATLANTE, [se] foi fixado algum prazo de início de laboração no lote A-59, quais as diligências tomadas pelo Réu o para que a Riatlante iniciasse a laboração no lte A-59 e se foram encetadas diligências no sentido de exercer o seu direito de reversão sobre o referido lote” ou seja, as deliberações referentes ao grau de execução material dos projetos de investimento em curso na Zona Industrial da Mota e das situações irregulares, no que respeita ao lote A-59.

Mais requer a condenação, na pessoa do Presidente da Câmara Municipal de Ílhavo, no pagamento de sanção pecuniária compulsória de montante não inferior a €50,00 (cinquenta euros), por cada dia de atraso no cumprimento da intimação.

B. VALOR DA AÇÃO

€5.000,01 (cinco mil euros e um cêntimo)

C. POSIÇÃO PROCESSUAL DA AÇÃO

Em 21.SET.2021, o Município de Ílhavo, na pessoa do Presidente da Câmara Municipal de Ílhavo cessante, Eng.º Fernando Fidalgo Caçoilo foi notificado de despacho proferido no processo, para, querendo, se pronunciar sobre a intenção do Tribunal determinar a aplicação de uma sanção pecuniária compulsória, a qual incidirá (se aplicada), nos termos legais, a título pessoal, sobre o titular do órgão que se encontre em exercício de funções.

Após a tomada de posse, o novo executivo municipal, através do senhor presidente da Câmara Municipal de Ílhavo, juntou aos autos os documentos (atas) facultados pelos serviços administrativos no sentido de satisfazer a pretensão da autora, contudo, esta, através de novo requerimento, vem requerer novas informações, correndo prazo para o Município de Ílhavo, querendo, se pronunciar.

D. EVENTUAL EXISTÊNCIA DE COBERTURA DE SEGURO OU DE OUTROS MECANISMOS SUSCETÍVEIS DE TRANSFERÊNCIA DE RESPONSABILIDADE E/OU DIREITO DE REGRESSO SOBRE TERCEIRO

Inexistem.

E. PARECER QUANTO À ESTIMATIVA DE RESPONSABILIDADES (INCLUINDO CUSTAS JUDICIAIS E OUTROS ENCARGOS)

As responsabilidades que possam advir do presente processo recaem, nos termos legalmente previstos, única e exclusivamente, sobre o titular do órgão Câmara Municipal em exercício de funções, Eng.º João António Filipe Campolargo.

17. Processo número 480/21.0BEAVR-Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro

Autor	<i>AISI - Aços Inoxidáveis do Centro, Lda.</i>
Réu	<i>Município de Ílhavo</i>

A. DESCRIÇÃO DO LITÍGIO

No presente processo a autora intenta ação administrativa de intimação para prestação de informações referente a alegado(s) acordo(s) “1. (...) celebrados com o Sr. Vitor de Oliveira e a sociedade RepAveiro; 2. Que seja emitida e enviada ao exponente uma cópia dos referidos acordos alcançados na reunião datada de 13.03.2009”.

Mais requereu a condenação, e a aplicação, na pessoa do Presidente da Câmara Municipal de Ílhavo, à data do petitório, Eng. Fernando Fidalgo Caçoilo, no pagamento de sanção pecuniária compulsória, de montante não inferior a €50,00 (cinquenta euros), por cada dia de atraso no cumprimento da intimação.

B. VALOR DA AÇÃO

€5.000,01 (cinco mil euros e um cêntimo)

C. POSIÇÃO PROCESSUAL DA AÇÃO

Em 18.NOV.2021, o Presidente da Câmara Municipal de Ílhavo, Eng.º João António Filipe Campolargo foi notificado de despacho judicial, para, querendo, se pronunciar sobre a intenção do Tribunal determinar a aplicação de uma sanção pecuniária compulsória, a qual incidirá, nos termos legais, a título pessoal sobre o atual titular do órgão.

Em resposta, tempestivamente, o senhor presidente da Câmara Municipal de Ílhavo, invocou, em suma, que nunca existiu, nem existirá da parte deste executivo camarário, a utilização de meios de dilação ou que visem dificultar o cumprimento de despachos judiciais e, não obstante a responsabilidade legal assentar no comportamento da Câmara Municipal no titular do órgão, nem ao senhor presidente cessante (terá respondido à autora), quer ao atual presidente da Câmara Municipal de Ílhavo (diligenciou internamente para serem prestadas as informações requeridas, obtendo como resposta dos serviços administrativos da inexistência no arquivo camarário dos alegados acordos informais), se lhes poderem imputar um juízo de censurabilidade à conduta processual e extraprocessual assumida pela impossibilidade em cumprir com o requerido e ordenado e, por assim ser, não se encontrarem preenchidos os pressupostos objetivos e subjetivos para a aplicação de sanção pecuniária compulsória.

Aguarda-se despacho judicial sobre o teor da matéria alegada pelo senhor Presidente da Câmara Municipal de Ílhavo.

D. EVENTUAL EXISTÊNCIA DE COBERTURA DE SEGURO OU DE OUTROS MECANISMOS SUSCETÍVEIS DE TRANSFERÊNCIA DE RESPONSABILIDADE E/OU DIREITO DE REGRESSO SOBRE TERCEIRO

Inexistem.

E. PARECER QUANTO À ESTIMATIVA DE RESPONSABILIDADES (INCLUINDO CUSTAS JUDICIAIS E OUTROS ENCARGOS)

As responsabilidades que possam advir do presente processo recaem, nos temos legalmente previstos, única e exclusivamente, sobre o titular do órgão Câmara Municipal em exercício de funções, Eng João António Filipe Campolargo.

18. Processo número 791/21.5BEAVR-Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro

Autor	<i>AISI - Aços Inoxidáveis do Centro Lda.</i>
Réu	<i>Câmara Municipal de Ílhavo</i>

A. DESCRIÇÃO DO LITÍGIO

No presente processo a autora intenta ação administrativa de responsabilidade civil, peticionado que a Câmara Municipal de Ílhavo seja condenada a pagar-lhe a quantia de €80.637,39 (oitenta mil, seiscentos e trinta e set euros e trinta e nove cêntimos) a título de prejuízos causados com custos associados à elaboração dos projetos e da estrutura pré-fabricada em betão apara execução da unidade industrial, a quantia de €620.200,00 (seiscentos e vinte mil e duzentos euros) a título de custos associados à aquisição de máquinas e equipamentos para a frustrada laboração na unidade industrial, a quantia de €1.280.000,00 (um milhão, duzentos e oitenta mil euros) a título de custos associados à perda da máquina Slitter e à reinstalação das máquinas Slitter e máquina Demis Top de esmerilar e, por último, a quantia de €503.090,00 a título de lucro cessante pelo prejuízo da inatividade que alega.

B. VALOR DA AÇÃO

€2.483.927,39 (dois milhões, quatrocentos e oitenta e três mil, novecentos e vinte e sete euros e trinta e nove cêntimos)

C. POSIÇÃO PROCESSUAL DA AÇÃO

Encontra-se a decorrer prazo para a Câmara Municipal de Ílhavo [Município de Ílhavo] apresentar contestação.

D. EVENTUAL EXISTÊNCIA DE COBERTURA DE SEGURO OU DE OUTROS MECANISMOS SUSCETÍVEIS DE TRANSFERÊNCIA DE RESPONSABILIDADE E/OU DIREITO DE REGRESSO SOBRE TERCEIRO

Inexistem.

E. PARECER QUANTO À ESTIMATIVA DE RESPONSABILIDADES (INCLUINDO CUSTAS JUDICIAIS E OUTROS ENCARGOS)

Na fase processual em que nos encontramos, na defesa dos interesses jurídicos do Município de Ílhavo, por ora, não nos pronunciaremos.

11. AÇÕES FUTURAS

Programa Vocação regressa em janeiro de 2022

Para a edição 2022, a Câmara Municipal disponibiliza um total de 66 vagas repartidas por três turnos, de três meses cada (janeiro-março, abril-junho e outubro-dezembro), com uma carga horária de 90 horas (30 horas/mês) por turno, e atribuirá, no final, uma bolsa no montante de 225 euros e um certificado de participação.

"Férias Divertidas" do Natal regressam de 20 a 30 de dezembro

O Programa Municipal "Férias Divertidas", destinado a crianças e jovens, regressa de 20 a 30 de dezembro com uma programação especial, prometendo dias felizes com muita energia e descoberta. Esta edição apresenta três programas: as "Férias Divertidas Natal", em vários espaços municipais; o "Natal no Museu Marítimo de Ílhavo - Natal Azul" e a "Safrfaz-te à vida!", com as atividades "Confeção e construção de uma casa de gengibre" e "Modelação e impressão 3D", no Estaleiro - Estação Científica de Ílhavo.

O Programa tem como objetivo dinamizar atividades de ocupação de tempos livres, enquanto apoio às famílias e ao desenvolvimento saudável e integral de crianças e jovens, através da participação em atividades de âmbito desportivo, ambiental, cultural, educativo e lúdico, ciência e inovação, e oficinas de expressão plástica e corporal.

Ílhavo e Paços do Município, 13 de dezembro de 2021

O Presidente da Câmara Municipal de Ílhavo



JOÃO ANTÓNIO FILIPE CAMPOLARGO, Presidente da Câmara
Assinatura Digital Qualificada